

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Curso de Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

Imprensa e movimento LGBTT: a epidemia de Aids em Porto Alegre pelas páginas
do Jornal do Nuances (1998-2000)

Mozart Matheus de Andrade Carvalho

Pelotas, 2019

Mozart Matheus de Andrade Carvalho

Imprensa e movimento LGBTT: a epidemia de Aids em Porto Alegre pelas páginas do Jornal do Nuances (1998-2000)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientadora: Alessandra Gasparotto

Pelotas, 2019

**Dedico este trabalho aos meus pais,
onde estiverem, sei que estão me apoiando.**

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, Maria da Conceição e ao meu pai, Maurício, por sempre estarem ao meu lado, investindo nos meus sonhos. A minha orientadora professora Alessandra Gasparotto, pelo carinho e por ter me guiado nessa trajetória. Aos professores do Laboratório de Ensino de História da UFPel, Mauro Dillmann e Lisiane Manke, por terem me dado a oportunidade de atuar como bolsista do LEH/UFPel, o que me ajudou muito na vida acadêmica. Ao Grupo *Nuances*, em especial ao Célio Golin, pela recepção na sede da ONG e ajuda na busca pelas fontes. E aos meus amigos, que me ajudaram nos piores momentos e tornaram a graduação uma experiência única.

Resumo

CARVALHO, Mozart Matheus de Andrade. Imprensa e movimento LGBTT: a epidemia de Aids em Porto Alegre pelas páginas do Jornal do Nuances (1998-2000). Orientadora: Alessandra Gasparotto. 2019. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

No Brasil, a mídia gay exerceu um papel de grande importância, sobretudo no tocante à representatividade de minorias sociais e sexuais, na segunda metade do século XX. Nesse período, a epidemia de AIDS foi um divisor de águas para a militância LGBTT, pois oportunizou a reemergência do ativismo LGBTT via organizações Não Governamentais, dando margem para a captação de recursos provenientes de programas de combate a DSTs. Nesse contexto, em Porto Alegre, surge o *Nuances*, primeira ONG LGBTT do Rio Grande do Sul. Com uma abordagem fora dos padrões, a organização lança em 1998 seu primeiro jornal através também destes recursos estatais. Com temas variados, o jornal marcou presença nos anos finais da década de 1990, principalmente em relação a Aids, trazendo não somente denúncias, críticas, e intervenções políticas, mas também atuando de modo a conscientizar para a prevenção e da importância de romper o silêncio. Nesse sentido, constitui objetivo da presente pesquisa trazer à luz a epidemia de AIDS em Porto Alegre a partir das contribuições oferecidas pelo Jornal *Nuances*.

Palavras-chave: Aids, Nuances e jornal.

Abstract

CARVALHO, Mozart Matheus de Andrade. Press and LGBTTT and movement: the AIDS epidemic in Porto Alegre through the pages of Jornal do Nuances (1998-2000). Advisor: Alessandra Gasparotto. 2019. 71 p. Completion of Course Work (Graduation in History) - Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

In Brazil gay media was of great importance for the representation of social and sexual minorities in the second half of the twentieth century. The AIDS epidemic was a watershed for LGBTTT activism, as it allowed the resurgence of LGBTTT activism in the form of Non-Governmental Organizations, opening the door for fundraising from anti-STD programs. In this context, in Porto Alegre, comes Nuances, Rio Grande do Sul's first LGBTTT NGO. With a non-standard approach, the organization launches and in 1998 its first newspaper through these state resources. With various themes the newspaper was present in the late 1990s, mainly in relation to AIDS, bringing complaints, criticism, and political interventions, but also acting to raise awareness for the prevention and the importance of breaking the silence. Thus, this study aims to analyze the AIDS epidemic in Porto Alegre from the Jornal do Nuances.

Keywords: AIDS. Nuances. Newspaper.

Lista de Figuras

Figura 1	Capa do Jornal do Nuances número 9.....	33
Figura 2	Capa do Jornal do Nuances, ano 1, nº 1, jan. 1998.....	36
Figura 3	Um estande na luta contra a Aids.....	37
Figura 4	+1 uma ONG no pedaço.....	38
Figura 5	No da mundial da AIDS não tem nada para comemorar.....	39
Figura 6	Nota sobre o projeto <i>Poa noite homens</i> , parte do texto da figura 5...	40
Figura 7	Banco de sangue discrimina doador.....	42
Figura 8	Para que serve o roteiro de auto-exclusão.....	43
Figura 9	Saiba o que é o GAPA.....	43
Figura 10	Capa do Jornal do Nuances, ano 1, nº 3, mar. 1998.....	45
Figura 11	Um novo diferencial para doentes com HIV/AIDS.....	46
Figura 12	DRT abre Central de Informações com HIV.....	47
Figura 13	O machismo e as “doenças”.....	49
Figura 14	HIV e discriminação no trabalho.....	51

Lista de abreviaturas e siglas

ONGs	Organizações Não Governamentais
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
GAPA	Grupo de Apoio à Prevenção da Aids
CEU	Casa do Estudante Universitário
MHG	Movimento Homossexual Gaúcho
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis
LGBTTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis e Queer
MPB	Música Popular Brasileira
ARCA/ISER	Apoio Religioso Contra <i>Aids</i> / Instituto de Estudos da Religião
OMS	Organização Mundial da Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
OSPA	Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

Sumário

Introdução	1
1 O século XX dos jornais e o <i>Nuances</i>: considerações teórico- metodológicas	6
2 A imprensa e a AIDS	10
3 <i>I've got all my life to live, and I will survive</i>: das fases do movimento LGBTI+ brasileiro ao <i>Nuances</i>	18
3.1 <i>Somos um Lampião</i> iluminando as esquinas da homofobia: a primeira fase do movimento LGBTT	19
3.2 <i>I'm coming out. I want the world to know, got to let it show</i> : a segunda fase do movimento LGBTT	23
3.3 <i>Freedom! You've gotta give for what you take</i> : as <i>Nuances</i> do movimento LGBTT sul-rio grandense	26
4 O Jornal “das” <i>Nuances</i>: entre a AIDS e o chamado “pela livre liberdade sexual”	31
4.1 O Jornal do <i>Nuances</i> e a AIDS (1998-2000)	35
Considerações Finais	54
Fontes	57
Referências	58

Introdução

Em outubro de 1997, o terapeuta Luis da Silva, 31 anos, foi discriminado em um banco de sangue de Porto Alegre. Respondendo afirmativamente a pergunta “já teve relação sexual com homossexual ou bissexual masculino?”, Luis foi informado que, em virtude deste fato, ele não poderia efetuar a doação, [...] de nada adiantou a argumentação de que ele é doador há vários anos em um hospital da capital, tendo apresentado a carteira do mesmo e o principal, não é portador de HIV e nem se enquadra na portaria. O terapeuta foi agredido verbalmente pela médica de plantão [...]. JORNAL DO NUANCES, nº 2, 1998.¹

XXX - os contatos sexuais que envolvam riscos de contrair infecções transmissíveis pelo sangue devem ser avaliados e os candidatos nestas condições devem ser considerados inaptos temporariamente por um período de 12 (doze) meses após a prática sexual de risco, incluindo-se:

[...]

d) indivíduos do sexo masculino que tiveram relações sexuais com outros indivíduos do mesmo sexo e/ou as parceiras sexuais destes;. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2014.²

O primeiro trecho em destaque foi extraído de uma reportagem impressa na edição número 2, datada de fevereiro de 1998, do Jornal *Nuances*. Essa nos coloca diante de uma denúncia contra o tratamento dispensado a um homem quem, ao ser questionado em um banco de sangue porto-alegrense, admitiu já ter tido relações homossexuais. O segundo trecho faz parte das *Boas Práticas no Ciclo de Sangue*, documento publicado em 2014 pela ANVISA, órgão subordinado ao Ministério da Saúde, responsável por regular os métodos de coleta de sangue a nível nacional. A portaria deixa explícito o impedimento da doação de sangue de homens que tenham tido relações com outros homens e/ou pessoas que tenham tido relações com quem se encaixa nesta categoria, socialmente demarcada como gay e/ou bissexual.

Desconsiderando o fato de eles terem ou não alguma doença sanguínea, o trecho do *Boas Práticas* relativo ao Ciclo de Sangue coloca um critério para exclusão destas pessoas na doação muito mais atrelada às suas práticas (homo)sexuais do que à sua saúde sanguínea.

Essa concepção não teve sua gênese nos dias atuais, trata-se de algo construído na década de 1980, com o surgimento da epidemia de Aids tanto nos países europeus quanto nos EUA. Criou-se e propagou-se a crença de que alguns grupos sociais estavam mais passíveis a contrair e propagar a doença, entre eles,

1 NUANCES. Banco de sangue discrimina doador. **Jornal do Nuances**, Porto Alegre, p. 8, fev. 1998.

2 BRASIL. RDC nº 34, de 11 de junho de 2014. Regula as Boas Práticas no Ciclo do Sangue. **Diário Oficial da União**. Brasília, n. 113, 16 jun. 2014. Seção 1, p. 50.

os homossexuais. Munida de ignorância e padecendo de real conhecimento a respeito da doença, a imprensa sensacionalista se dedicou a disseminar diversas matérias e boletins culpabilizando as práticas homossexuais como responsáveis pelo contágio. A imprensa brasileira também propagou tais reportagens, marcando no imaginário social brasileiro o estigma da doença na população gay, bissexual, travesti e transsexual.

O estigma que em 1998 impediu uma pessoa de doar sangue, mais de dez anos depois foi reproduzido na portaria do Ministério da Saúde, partindo da mesma premissa, de que os homo/bissexuais, transexuais e travestis são um “grupo de risco” e/ou naturalmente suscetíveis à doença, e, portanto devem ser segregados na doação de sangue. O estigma e o preconceito ainda hoje apresentam suas faces, não apenas na sociedade, mas também institucionalmente.

Dessa forma, se a epidemia de AIDS representou para estes grupos um momento de intensificação do preconceito, marginalização e perda de direitos, é importante colocar que ela também serviu de modo a desenvolver um ambiente propício para a formação política e organizada do movimento LGBTTT no Brasil. Com a epidemia, este grupo passou a se organizar em prol do combate à doença e ao estigma, marcando o início da segunda fase do movimento LGBTTT no Brasil, caracterizada principalmente pela organização a partir do modelo de Organizações não Governamentais (ONGs). Em 1991, no Rio Grande do Sul, nasce à primeira ONG LGBTTT, inicialmente intitulada *Movimento Homossexual Gaúcho*. Quatro anos mais tarde, renasceria com o nome conhecido até hoje, *Nuances – grupo pela livre expressão sexual*.

É nesse contexto que no ano de 1998 o *Nuances* lança seu primeiro jornal, o qual foi eleito o primeiro periódico gay produzido por uma ONG no Rio Grande do Sul, o *Jornal do Nuances*.

Inspirado no antigo *Lampião da Esquina*, mas munido de linguagem própria, o jornal tinha como propósito romper com as mídias e os periódicos tradicionais, além de servir como meio de divulgação das ideias da entidade e promover a luta contra a homofobia e os estereótipos. Trata-se de uma ferramenta importante no combate ao estigma da AIDS e denúncia a discriminação que os homossexuais sofriam nos anos finais da década de 1990.

Diversos estudos têm sido realizados com a temática LGBTTT e a AIDS nas décadas finais do século XX, e o *Nuances* tem um grande protagonismo neste

momento histórico quando se trata do Rio Grande do Sul. Neste sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Curso visa analisar os impactos sociais da AIDS e como ela foi retratada pelo Jornal do *Nuances*, durante o período de 1998 a 2000.

Uma pesquisa sobre a atuação dessa ONG, baseada na emergência e na publicação do seu jornal, não apenas contribui para o desenvolvimento da historiografia destas temáticas, mas se justifica a partir de sua originalidade, à medida que não há produção historiográfica com recorte específico sobre tal tema. Não se pode pensar o jornal por si só, pois como uma ferramenta de luta da organização, ele está diretamente ligado com as ações e desafios que o *Nuances* enfrentava. Dessa forma, ao se pensar a fonte jornalística, é necessário lembrar que ela “age sempre no campo político-ideológico e, portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados” (ZICMAN, 1985, p. 90).

A mortalidade decorrente da AIDS e sua representação social, além da luta para que os direitos da população LGBTTT sejam assegurados, são, inicialmente, os principais motivadores para a ação do grupo. Todavia, quando nos debruçamos sobre o jornal, essas questões passam a ser permeadas pelas posições político-ideológicas da organização. Isso não significa afirmar, entretanto, que o periódico estaria isento de influências externas que vão para além do que está posto, sobretudo porque ele disporá com o aporte financeiro do aporte financeiro da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. Desse modo, há por parte do governo expectativas acerca do conteúdo a ser abordado.

Pensamentos e pseudoteorias homofóbicas são a base de diversos crimes de ódio contra a comunidade LGBTTT que ocorrem ainda nos dias atuais.

Discorrer acerca da origem dessa problemática renderia uma vasta pesquisa, contudo, esse não é o propósito do presente trabalho. Trata-se, aqui, de um movimento de olhar o passado e ter sensibilidade para compreender quanto dele ainda persiste no presente: as manifestações homofóbicas que permeiam a contemporaneidade tiveram grande influência da epidemia de AIDS, à qual o mundo esteve exposto. Isso porque a partir dela o estigma que foi colocado sobre alguns grupos, tais como gays, travestis e transsexuais, foi apropriado por alguns setores com o propósito de minar conquistas e marginalizar essa parcela da população.

Embora estejamos no século XXI, não estamos diante de uma realidade diferente da mencionada anteriormente, visto que o estigma colocado sobre esses

grupos permanece enraizado na sociedade. Nesse sentido, caso nosso desejo seja da ordem de construir um ambiente social mais democrático, onde os Direitos Humanos e a diversidade sejam respeitados, se faz necessário a valorização das pesquisas direcionadas à comunidade LGBTTT, pois é a partir delas que crenças limitantes são superadas e desconstruídas, à medida que a opressão às sexualidades não-heteronormativas não é algo dado, e sim construído, que Foucault (1998) vai caracterizar como um “dispositivo da sexualidade”, ou seja

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. (FOUCAULT, p. 244, 1984).

Nesse sentido, o *Nuances* tem função central na resistência a esses dispositivos, pois

a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa. (FOUCAULT, p. 241, 1984).

Dessa forma, o *Jornal do Nuances* pode ser caracterizado como uma estratégia de resistência à moral dominante, a qual também é uma forma de poder, ao atuar pela elevação da autoestima dos homossexuais e encorajá-los a lutar pela transformação dos valores da sociedade, respeito às sexualidades e conscientizar sobre a importância do sexo seguro (BARROSO, 2007, p. 22,).

Para compreender o contexto sócio-histórico do *Jornal do Nuances* frente à AIDS, o presente TCC está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, o qual é intitulado “O século XX dos jornais e o *Nuances*: considerações teórico-metodológicas”, o movimento que se faz é o de estabelecer uma conexão entre a História da imprensa e o *Jornal do Nuances*. O segundo, sob o título “A imprensa e a AIDS”, se ocupa de tentar perceber como a imprensa atuou na construção do imaginário social da AIDS enquanto uma “doença gay”, e os movimentos de resistência. No terceiro, cujo título é “*I've got all my life to live, and I will survive*: das fases do movimento LGBTTT brasileiro ao *Nuances*”, está disposto um breve histórico do movimento LGBTTT, o qual auxilia a contextualizar o *Nuances* na história de luta do movimento LGBTTT. Por fim, o último capítulo, O *Jornal do Nuances*: entre a Aids e o chamado “pela livre liberdade sexual”, é destinado ao *Jornal do*

Nuances como possibilidade de resposta para a seguinte indagação: como a Aids foi retratada no *Jornal do Nuances* nos anos finais da década de 1990?

Algumas das questões que nortearam o estudo refletem acerca do impacto exercido pelas reportagens sobre a população LGBTT: quais os eixos principais na abordagem do tema? Que tipos de denúncias são publicizadas no periódico? Que tipos de discursos foram mobilizados em sua abordagem? Como o *Nuances* atuou no sentido de desconstruir preconceitos em relação ao estigma da AIDS?

A AIDS trouxe problemáticas de diversas ordens para os LGBTTs, o preconceito da doença e a homofobia ilustram bem tais problemas. Mas isso não significou que movimentos de resistência não tenham atuado contra essa realidade. Quando se trata do *Jornal do Nuances*, o periódico exerceu grande importância no combate contra a violência e o preconceito que foram disseminados, o que acaba por o caracterizar como uma valorosa fonte historiográfica LGBTT sul-rio grandense, sobretudo por nos possibilitar ter uma noção, ainda que breve, dessa problemática em contexto nacional e como ela era retratada no periódico gay de maior circulação no estado.

1. O século XX dos jornais e o *Nuances*: considerações teórico-metodológicas

O início do século XX foi um momento de grandes transformações na zona urbana brasileira, a nova República estava comprometida a deixar o atrasado passado monárquico e escravista para trás, e entrar na nova era moderna, marcada pelo sistema republicano e o trabalho livre. Esse projeto de república, entretanto, foi à custa da marginalização ainda maior de negros, mulheres e pobres. Massas iletradas que não tiveram acesso às transformações jornalísticas próprias desse período. As vindas de levadas migratórias nipo-europeias, os avanços das tecnologias de comunicação e a preocupação da República em educar/"civilizar" as massas promoveu a expansão do letramento no país, como jamais antes vista. Nesse contexto, os jornais passam a ocupar um lugar privilegiado na difusão das informações.

Para responder a ampliação da vida urbana brasileira do período, os jornais passam por um processo de profissionalização, dessa forma o que se enxerga é uma transformação nas técnicas de impressão, a qual possibilitou a melhora na qualidade, acompanhada do barateamento das edições, o que permitiu alcançar um número ainda maior de pessoas, mas sem perder o seu caráter opinativo e de intervenção na vida pública. O aumento do faturamento dos jornais, em decorrência da expansão, oportunizou também uma maior divisão do trabalho, dessa forma foram incorporados nas produções jornalísticas os trabalhos de cartunistas, fotógrafos, críticos, revisores, pensadores e outros profissionais. A profissionalização dos jornais, portanto, foi o ponto de inflexão para a consolidação da ideia do jornal como meio de transmissão da "verdade" e do fato, e não apenas um veículo motivado pela doutrinação do seu público." (LUCA, 2011, p. 137-8).

Entretanto, na academia, o uso do jornal como fonte histórica foi por muito tempo mal visto e evitado. Um dos principais fatores para isso é o peso da tradição da ciência histórica durante os séculos XIX e XX, fortemente baseada pela visão positivista das fontes, ou seja, por meio da pesquisa histórica, se buscava atingir a "verdade dos fatos". Para atingir essa verdade plena, era necessário embasar seu trabalho a partir de fontes supostamente seguras, impessoais, neutras, com credibilidade e objetividade, logo, as únicas que responderam a estes requisitos

foram os documentos formais, sobretudo os de autoria estatal. Em vista disso, os jornais foram completamente deixados de lado, pois para a historiografia desse período, era uma fonte permeada por interesses pessoais com registros fragmentados do passado, podendo apresentar distorções e visões parciais sobre um fato.

A visão pejorativa sobre o uso dos jornais na pesquisa histórica começa a ser repensada apenas nas décadas finais do século XX com a terceira geração da chamada Escola dos *Annales*, que sugeria novos objetos, problemas e abordagens de pesquisa. As ferramentas teórico-metodológicas consolidadas na ciência histórica não eram mais suficientes para atingir estes campos de pesquisa inexplorados. Portanto, foi necessária a incorporação de aportes teóricos de outras áreas, tais como a Sociologia, Psicologia, Antropologia, Linguística, etc, o que faz da interdisciplinariedade uma das características substanciais da Escola. Em relação às fontes, em uma de suas mais importantes obras, Le Goff (1990) apresenta uma nova perspectiva sobre o conceito de documento e História quando afirma que:

[...] O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser "definitivamente passado". (LE GOFF, 1990, p. 24)

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é "falso", avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade. (LE GOFF, 1990, p. 110)

Além disso, na década de 1960 houve uma profunda mudança nos estudos marxistas. Autores como Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e E. P. Thompson, que se reuniram em torno da *New Left Review*,

abandonaram a centralidade dos estudos históricos apenas no caráter político-econômico, compreendendo a relevância dos estudos culturais, sem que esta fosse apenas produto das relações materiais (LUCA, 2011, p. 113).

Os jornais, outrora tidos como fontes descredibilizadas, durante as décadas de 1970 e 1990 começam a ganhar espaço na pesquisa, principalmente em relação a História do movimento operário. A abundância de informações dentro dos jornais operários, informando sobre suas correntes ideológicas, cisões, mobilizações, conflitos, condições de vida e trabalho, repressão, relações a nível nacional e internacional com outros grupos, permitiu que os periódicos - incluindo almanaques, folhetos, jornais menores, panfletos e revistas - se tornassem protagonistas no processo de mudança metodológica da pesquisa historiográfica.

O que se passa a indagar, durante a segunda metade do século XX, não é sobre a existência ou não da objetividade nos jornais, mas sobre como utilizá-los. Como colocado anteriormente por Le Goff (1990), nenhuma fonte é neutra, e quando se trata de jornais, é preciso compreender que como uma fonte, é indispensável tecer uma crítica ao seu caráter e natureza, por isso algumas ferramentas teóricas são indispensáveis para não cairmos nas mesmas dinâmicas positivistas, ou seja, de tomar as informações ali expostas como verdades totais. Nesse sentido, diversos autores passam a estruturar e a refletir sobre as especificidades da fonte jornalística e a partir de quais perguntas o historiador deve olhar para o jornal.

Para a elaboração do presente estudo, algumas destas perguntas foram consideradas, tais como: quais são as ideologias presentes no editorial do jornal? Qual a pressão exercida pelo governo? Qual o contexto local/temporal em que ele foi difundido? Quais grupos patrocinam o periódico? Quais são as relações institucionais mantidas? Quem é o seu público-alvo? Qual é a sua fonte de renda? Como se dá o uso do vocabulário político-social? A quais interesses procura responder? Além disso, o pesquisador dos jornais também precisa se atentar às questões internas, como os destaques dados a certas matérias em detrimento de outras, as temáticas, a linguagem, a distribuição das matérias nas páginas, em suma, a materialidade da fonte.

Nessa continuidade, ao falar do *Jornal do Nuances*, procuro enxergá-lo à luz do conceito de mídia radical alternativa, tal como colocado por Barroso (2007).

[...] o conceito de mídia radical alternativa contém inúmeras vantagens teórico-metodológicas. Em primeiro lugar, ele vai além da noção de imprensa popular e/ou alternativa, tradicionalmente empregada no meio acadêmico brasileiro (e também entre jornalistas “engajados”) como ferramenta analítica na abordagem dos meios de comunicação voltados para a expressão dos interesses políticos e culturais de grupos sociais, classes sociais ou parcelas da população que reivindicam direitos políticos, econômicos, sociais e culturais. A emergência da chamada imprensa alternativa e de diferentes modalidades de publicações para consumo entre as chamadas classes populares das favelas e periferias das grandes cidades brasileiras como armas de combate à ditadura militar e em favor da democratização nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, proporcionou uma ampla circulação deste conceito em pesquisas realizadas no ambiente acadêmico nacional. O conceito de mídia radical alternativa abrange esta noção de imprensa alternativa e/ou popular e ambiciona alcançar uma diversidade de manifestações culturais. Neste sentido, seu propósito é desvelar o significado (impacto) sociocultural de manifestações midiáticas produzidas a partir de uma variedade de suportes técnicos e destinadas a contribuir em processos de transformação social, em favor dos interesses das forças sociais “progressistas”. (BARROSO, 2007, p. 278-9)

O conceito de mídia radical alternativa pressupõe uma relação de forças no meio social, dessa forma, o periódico em parte constrói suas temáticas, reportagens, charges e colunas em relação aos tensionamentos presentes na sociedade, se contrapondo às forças hegemônicas. A atuação política desse tipo de mídia visa não somente dar circulação às informações, denúncias e acontecimentos para seu público-alvo, mas também promover um projeto de mudança sociocultural. Desse modo, é possível pensar o *Jornal do Nuances* dentro dessa conceituação, visto que ele atua em prol de uma “visibilidade transgressora dos gays, as lésbicas, as travestis e as transexuais como alternativa ao silenciamento, à estereotipificação, à normalização e à domesticação daqueles grupos sociais, promovidas pela mídia comercial” (BARROSO, 2009, p. 183). Cabe ainda salientar que, por vezes, a defesa da heteronormatividade era feita, também, por alguns setores dentro do movimento homossexual através de atitudes como, por exemplo, a defesa da monogamia e o estímulo ao medo do sexo.

Portanto, ao se pensar o jornal como fonte da pesquisa histórica, é possível observar uma diversidade de modos de operar, objetivos e estrutura interna, próprios de cada jornal. Dessa forma, é sempre necessário contextualizar e historicizar o periódico escolhido, para compreender a partir dele as informações e intencionalidades ali colocadas.

2. A imprensa e a AIDS

É difícil saber de forma precisa onde e quando a AIDS teve seu início marcado, mas um dos primeiros registros da doença foi em 5 de Julho de 1981, nos EUA, no estado de Atlanta. Na época, havia pouco conhecimento com respeito a doença, entretanto percebeu-se que os infectados dispunham de algo em comum: a homossexualidade. Isso foi o suficiente para que a imprensa lançasse a especulação de uma nova “doença gay”.

De forma distinta, na Europa, o ponto em comum entre os primeiros infectados não era da ordem da sexualidade; os casos mais evidentes estavam entre os haitianos, africanos e/ou quem tivesse viajado para esses lugares. Logo, são estabelecidos os “grupos de risco”, isso é, os grupos de pessoas que estariam mais predispostas para contrair ou desenvolver a AIDS, que logo se torna a “doença dos 5 H - Homossexuais, Hemofílicos, Haitianos, Heroinômanos (usuários de heroína injetável), Hookers (profissionais do sexo em inglês), ou seja, foram conhecidos os possíveis fatores de transmissão” (SOUSA *et al.*, 2012, p. 63 apud MACHADO, 2015, p. 37).

Nessa continuidade, Chartier (2002) nos ajuda a pensar o conceito de construção das identidades sociais ao colocá-las “como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm o poder de classificar e de nomear a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma” (2002, p. 73). Apesar de haver suspeitas de que a doença pudesse atingir também pessoas não só de outras sexualidades, mas também estar ligada a outros comportamentos e condições para sua infecção, a proximidade simbólica que a imprensa vai estabelecer inicialmente entre a comunidade gay e a AIDS ficará fortemente marcada.

Inicialmente identificada, no imaginário social, como uma “doença gay” – provocando o aparecimento de expressões como “câncer gay” ou “peste gay”, carregadas de preconceito e de verdadeira animosidade – ela foi, pouco a pouco, sendo reconhecida como capaz de atingir os mais diferentes grupos sociais sem que, entretanto, essa sua proximidade simbólica com o mundo homossexual, esta sua “marca de origem” tenha jamais se apagado inteiramente. (PEREIRA, 2004, p. 54)

Nesse seguimento, o imaginário social pode ser entendido como um campo “formado pelas imagens, símbolos, sonhos, aspirações, mitos, fantasias, muitas

vezes pré-rationais e com forte conotação afetiva que existem e circulam nos grupos sociais" (SERBENA, 2003, p. 3). A partir disso podemos definir o imaginário social como um campo de disputas e interesses políticos, pois é através do imaginário que as sociedades definem não só suas próprias identidades, mas também a do outro. Assim, a apropriação desses símbolos expressa uma luta por poder simbólico, e que exerce diretamente influência sobre como os grupos serão tratados, retratados e representados (SERBENA, 2003, p. 6).

Os "sistemas simbólicos", como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*". (BOURDIEU, 1989, p. 9)

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os "sistemas simbólicos" cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a "domesticação dos dominados". (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Somente em 1982, a doença recebe uma nomenclatura científica, mas até que essa fosse criada e difundida, a AIDS ganha uma conotação tão pejorativa que grande parte do avanço por direitos e garantias de liberdade, conquistados pelo movimento LGBTT estadunidense nas décadas de 1960 e 1970, foram sendo sistematicamente desmanchados.

Todo esse movimento ocorrendo nos EUA não passou despercebido no Brasil. Em uma das primeiras matérias sobre a AIDS em terras brasileiras, temos a reportagem do *Jornal do Brasil* de 5 de julho de 1981 intitulada "*Câncer raro ataca homossexuais*". A reportagem do *New York Times* foi reproduzida pelo jornal brasileiro.

NOVA IORQUE - Médicos diagnosticaram entre homossexuais masculinos 41 casos de uma forma rara e com frequência rapidamente fatal de câncer.

Oito das vítimas morreram menos de 24 meses após o diagnóstico, em Nova Iorque e na Califórnia.

As causas são desconhecidas e até o momento não há evidência de contágio. Mas os médicos que fizeram os diagnósticos estão alertando seus colegas que tratam de homossexuais masculinos, para tentar identificar outros casos e reduzir a demora na aplicação da quimioterapia. [...]

Não se acredita que o câncer seja contagioso, mas as condições que podem precipitá-lo, tais como vírus particulares ou fatores ambientais, podem desempenhar algum papel na erupção entre um determinado grupo.

Os pesquisadores dizem que, na verdade, algumas evidências indiretas excluem o contágio como causa. Nenhum paciente conhecia outro, embora a possibilidade teórica de que algum deles possa ter tido contato sexual com um portador de **Sarcoma de Kaposi** alguma vez na vida não poderia ser afastada, disse Friedman-Kien.

Curran declarou que aparentemente não havia perigo de contágio para os não homossexuais. "A maior evidência contra o contágio", disse, "é que nenhum caso até agora foi relatado fora da comunidade homossexual ou entre mulheres". Mas Friedman-Kien ressaltou que os pesquisadores não sabiam se os defeitos imunológicos eram o problema subjacente, ou talvez um desenvolvimento secundário das infecções, ou ainda o uso de drogas. (JORNAL DO BRASIL, 1981, p. 5)³

Apesar de não se ter um diagnóstico ou respostas precisas sobre a AIDS, essa foi sistematicamente atrelada à homossexualidade masculina e às práticas homossexuais. Com as incertezas sobre o meio de transmissão, Machado (2014), em sua dissertação "*Sentidos atribuídos por adultos com HIV/AIDS à doença e ao cuidado que recebem de familiares*", afirma que a doença passa a se caracterizar como a doença do "outro", dando assim uma falsa sensação de proteção aos heterossexuais (2014, p. 37).

Um ano depois, em 1982, o *Jornal do Brasil* publica uma nova reportagem sobre a AIDS, também extraída do estadunidense *New York Times*, que recebe o título de "*Doença nova atinge homossexuais nos EUA*". Nessa matéria o jornal revela algumas mudanças que ocorreram um ano após a aparição da AIDS. O Jornal aponta que a doença passa a ser denominada como *gay related immunodeficiency* (Grid)⁴, e diferente do que se pensava inicialmente, que os heterossexuais estariam imunes, a doença foi identificada em treze mulheres heterossexuais estadunidenses. Nesse hiato de um ano, o Centro de Controle de Doenças estadunidense havia realizado estudos que apontavam para as possíveis causas de infecção em homens homossexuais. Eles concluem o estudo dizendo que a incidência da doença estaria relacionada ao número de parceiros que um homossexual tem durante a vida, além disso, a causa poderia ter ligação com os estimulantes sexuais e drogas ditas "usadas por muitos homossexuais". A matéria é concluída com a fala de um médico nova-iorquino, salientando que "'os gays, cujo estilo de vida consiste em encontros sexuais anônimos, terão que repensar seriamente' seu comportamento" (JORNAL DO BRASIL, 1982, p. 4).

O mal começou a despertar a atenção do público no inverno passado (junho-setembro) e de lá pra cá os epidemiologistas do Centro de Controle de Doenças investigavam a incidência de mais de 130 potenciais fatores de riscos em homens homossexuais afetados ou não pela doença, todos com idade, precedentes e outras características semelhantes. Descobriram que

3 ALTMAN, Lawrence K. Câncer raro ataca homossexuais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 mai. 1981. Caderno B, p. 5.

4 Trad.: imunodeficiência relacionada com gays

os doentes tiveram em média 1 mil 160 parceiros sexuais durante a vida, enquanto os demais, que não apresentaram a síndrome, tiveram em média 524 parceiros. O estudo concluiu ainda que os homossexuais afetados empregavam mais estimulantes sexuais e outras drogas de uso proibido. (JORNAL DO BRASIL, 1982, p. 4)⁵.

O pensamento ocidental estabeleceu nos séculos XVIII e XIX o surgimento de sexualidades periféricas enquanto um problema, uma vez que essas sexualidades fogem da estrutura matrimonial cristã-hetero-monogâmica. Procura-se conceituá-las e marginalizá-las para construir o ideal em contraste ao inadequado, e a Medicina e a Psicanálise serão fundamentais nesse processo, pois ao interrogar este amplo grupo sexual, elas foram deixando de estar no campo confuso e pouco definido da “devassidão” e/ou do “ilícito”, passando a serem tipificadas pelas ciências médicas e criminalizadas pela lei (FOUCAULT, 1988, p. 37).

O homem que fazia sexo com outro homem era repreendido por seu ato sexual (sodomia), pois estaria no campo do ilícito, mas é através da explosão discursiva sobre as sexualidades periféricas que a sodomia masculina é colocada no nível da patologia e criminalizada, principalmente na era vitoriana. O sodomita se transforma em uma espécie, um criminoso. É nesse contexto que se cria a figura do homossexual (FOUCAULT, 1988, p.38; RIBEIRO, 2005, p. 7-8).

A diferença entre o sodomita e o homossexual não reside no ato sexual, mas sim no seu Ser. Enquanto o sodomita é o homem que realiza um ato sexual proibido, o homossexual transgride as normas da sociedade de expressão de gênero, que ditam que o homem deve ser másculo (jeito de ser/interagir), se vestir como “homem” (modo de se vestir) e ser o provedor de uma família tradicional (papel de gênero). Em outras palavras, o sodomita transgride as normas do mundo privado, o homossexual transgride as normas do mundo público. Um novo regime médico-sexual passa a especificar os indivíduos, e o homossexual se torna um personagem, uma espécie, “nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade” (FOUCAULT, 1988, p. 42). Tudo que pertence ao mundo homossexual está ligado a sua sexualidade, das suas práticas até o seu jeito de ser.

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1988, p. 42-3)

5 ALTMAN, Lawrence K. Doença nova atinge homossexuais nos EUA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 mai. 1982. Especial: Ciência & Tecnologia, p. 4.

Setores conservadores, que se colocaram contra os avanços que a Revolta de Stonewall, em 1969, e a liberação sexual da década de 1970 trouxeram ao movimento LGBTTT, atrelam a AIDS ao gay, de modo a reforçar a discriminação e a marginalização dessa população. A doença é narrada como uma punição às duas transgressões sexuais (pública e privada), e todo homem infectado é visto automaticamente como um homossexual/gay.

Há um duplo processo no início da década de 1980 em relação a AIDS e a imprensa. De um lado se vincula a doença às práticas sexuais/modos tidas como inadequadas, e por outro lado, cria-se uma narrativa que coloca os héteros, ou seja, aqueles que seguem as normas sociais, como imunes.

Inicialmente, a AIDS não apenas era explicada através das práticas sexuais consideradas inadequadas à moral da sociedade, como também, foi colocada como um mal pertencente ao grupo que a pratica. Como é o caso dos gays e bissexuais, e/ou os que fogem da estrutura de gênero e expressão de gênero heteronormativa ocidental.

Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015), em seu texto na obra *Histórias da aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de Aids*, ainda apontam outras duas matérias que ficaram muito marcadas no imaginário social brasileiro. A primeira é de 6 de abril de 1983 publicada pela revista *Isto é*, intitulada “*Tragédia venérea*”, que apresenta lideranças homossexuais de São Paulo para fundamentar a matéria, principalmente João Silvério Trevisan. No final, a reportagem termina concluindo que não há casos de AIDS no Brasil, sendo sumariamente contestada por médicos brasileiros. O que leva a revista a publicar, 14 dias depois, outra reportagem intitulada “*A praga gay*”, em que relata os primeiros casos que já existiam no Brasil. Apesar de ter ganhado bastante repercussão, entre as lideranças homossexuais foi criticada pelo uso do termo praga/peste gay. A razão para estas duas reportagens terem se destacado foi que, enquanto a primeira matéria trouxe as primeiras informações sobre a epidemia de AIDS, como se deu sua disseminação e a relação que teria com os gays, a segunda revelou os casos já existentes no Brasil (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a, p. 39-40).

Em 4 de julho de 1983 ocorre a morte da primeira vítima da AIDS com renome nacional, o famoso estilista Markito. Apesar de a sua morte ter sido bastante noticiada, ele havia sido a terceira vítima da AIDS registrada no Brasil. A

desinformação e o pânico gerados pelas notícias difundidas deixaram a própria comunidade LGBTT bastante dividida, pois “ainda havia muita dúvida se a aids realmente existia, ou se era mais uma construção da medicina para atuar de maneira repressiva contra a homossexualidade” (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a, p. 45).

Durante todo o ano de 1983, indistintamente, essas duas categorias de imprensa publicaram reportagens nomeando a aids, ora “doença que atinge os homossexuais”, ora de “câncer gay” ou “peste gay”, denominações colhidas na imprensa norte-americana e reproduzidas pela imprensa brasileira. Algumas dessas publicações deram margem a notícias sensacionalistas, semeando pânico na população. Outras eram de cunho moralista e discriminatório em relação aos grupos mais atingidos na época. Muitos médicos fizeram discursos preconceituosos e pouco científicos sobre o mal, valendo-se da imprensa leiga. A imprensa marrom não hesitava em produzir manchetes jocosas contra os homossexuais, e foi logo denunciada pelos militantes gays. Um caso chocante na época foi a edição de uma capa da revista “Isto É”, que estampava a fotografia de um paciente de aids. O fundo da capa, todo em cor-de-rosa, servindo de moldura à fotografia do doente, causou grande escândalo. (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015a, p. 40)

Nessa continuidade, cabe salientar que os primeiros anos da década de 1980 são marcados pela transição da primeira fase para a segunda fase do movimento LGBTT. Com a redemocratização, junto ao contexto de crise econômica e falta de respostas frente à epidemia, grupos auto-sustentados começaram a se desestruturar, dando espaço para um novo modelo de organização dos movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais (ONGs). A institucionalização do movimento LGBTT em torno das ONGs, veio acompanhado do apoio financeiro de projetos governamentais relacionados ao combate a AIDS, promovendo o incentivo a formação de outros grupos no país.

O Grupo Gay da Bahia, formado em 1980, passa a ser o primeiro grupo a liderar uma campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), sendo sancionado em 1985 pelo Conselho Federal de Medicina. Trata-se de uma importante campanha, pois a caracterização oficial da homossexualidade serviu de modo a marginalizar ainda mais a população LGBTT, já marcada pelo estigma da AIDS (SIMÕES, 2010, p. 24).

É inegável que a epidemia da AIDS na década de 1980 caracterizou um momento complexo. Visto que por um lado, inúmeros retrocessos foram vivenciados. Por outro, esses foram responsáveis por oferecer novos desafios à comunidade LGBTT. As formas de luta adotadas em décadas anteriores não mais

respondiam aos desafios impostos ao contexto dos anos 80, portanto, a reorganização do movimento contribuiu para não apenas para a politização de atores sociais pouco visibilizados anteriormente, como foram as transsexuais e travestis, mas pelo reconhecimento destes grupos pelo Estado (motivado pelo combate à Aids no Brasil).

Dessa forma, se o início da década de 1980 foi marcado pelo pânico e medo da AIDS, fomentado por matérias jornalísticas, a década de 1990 é marcada pela luta por políticas públicas de combate a AIDS e a despatologização social das sexualidades não-heteronormativas.

Numa das obras mais recentes sobre a questão, *História do Movimento LGBT*, Caetano, Nascimento e Rodrigues (2018) trazem um novo paradigma para o movimento no início da década seguinte, pois com a criação do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, criam-se as condições para uma agenda de profissionalização e dedicação de ativistas gays e trans na luta por cidadania e contra a epidemia (2018, p. 291). Além disso, a epidemia e seus desdobramentos na mídia também serviram de modo a reavivar as redes de apoio entre os LGBTTs frente a estes novos desafios. Simões (2010) ressalta, entretanto, que esses mesmos programas também serviram para segmentar o movimento, pois passando a se organizar sob modelo de ONGs, o número efetivo de pessoas à frente da causa diminuiu (2010, p. 26).

No que se refere ao Rio Grande do Sul nesse contexto, duas importantes organizações surgem na transição dos anos 1980/1990 em relação ao combate a homofobia e a AIDS. A primeira é o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA/RS), fundado em Porto Alegre, em 1989. Seu nome vem da ONG criada em São Paulo quatro anos antes, porém sua atuação era autônoma e baseada nas especificidades do estado sul-rio grandense.

O GAPA/RS trabalhou em diversas frentes no enfrentamento à doença, principalmente com os grupos que se encontravam em comportamentos de risco. Além dos gays, a ONG trabalhou com as/os prostitutas/os, as/os usuárias/os de drogas injetáveis e as travestis e transsexuais. Percebendo a necessidade destes grupos em seguir sua luta de forma autônoma, pois outras opressões perpassam pela doença, o GAPA/RS passa a dar apoio para eles se organizarem, e dentro desta ação, um ano depois, foi formado o Nuances. Composto por um coletivo de estudantes gays da Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFRGS, tal coletivo

passa a atuar na luta por Direitos Humanos da população LGBTTT para além da AIDS.

Em vista dos fatos apresentados, é possível concluir que a presença da mídia na cobertura dos primeiros anos da AIDS, apesar de ter mudado com o eventual aprofundamento e conhecimento do que se tratava a doença, se mistura muito mais com os preconceitos homofóbicos presentes na sociedade, servindo para penalizar os sujeitos e as práticas dos infectados. Mas esse momento não pode ser visto apenas pelo paradigma da perda, pois também foi palco do renascimento da militância através de novos modos de organizações de luta. Nesse contexto, a atuação do Nuances tem grande importância no estado sul-rio grandense.

3. *I've got all my life to live, and I will survive*⁶: das fases do movimento LGBTT brasileiro ao Nuances

Os anos finais da década de 1970 foram palco de um intenso movimento político no Brasil; nesse período, grupos declaradamente voltados para a militância em prol do movimento LGBTT começaram a surgir para lutar contra imagens deturpadas que se tinha da homossexualidade, encarada como uma doença, um pecado ou algo imoral. Dois principais grupos emergem frente a esta luta: o *Somos*, e o *Lampião da Esquina*, ambos fundados em 1978.

Alguns motivos podem ser elencados para entendermos a emergência destes primeiros grupos. Simões (2010) defende que associações de pessoas que compartilhavam entre si a homossexualidade são muito mais antigas no Brasil, citando como exemplo os fãs clubes de cantoras famosas da Música Popular Brasileira (MPB). Nos anos 1970, quando nascem os espaços de sociabilidade gay e lésbica nos grandes centros urbanos, criou-se assim uma rede de relação entre essas pessoas. Dessa forma, a grande diferença das associações pré-existentes para as que estão surgindo nos anos 70, é que a sua atuação passa a ser política, reivindicando direitos e lutando para ressignificar a imagem que se tinha da homossexualidade no período (2010, p. 16).

O contexto político dos “anos de chumbo” também serviu para moralizar as práticas e costumes. Nele, surge na esquerda o movimento contra-cultura, que vai incentivar a aversão a todas as formas de consumo de massa. Esse contexto deu mais visibilidade para outros grupos excluídos, como o movimento feminista e o negro. Um momento também conhecido como de “explosão discursiva”, pois a questão homossexual começa a ir para os jornais, e logo ganha espaço nas grandes mídias (SIMÕES, 2010, p. 15). Green (2018) também contribui a pensar os motivos que levam os LGBTTs a se organizarem autonomamente, quando relata que ideologicamente, o que se pensava era combater a ideologia anti-homossexual; nos anos de redemocratização. Entre 1974 e 1985, muitos grupos que eram contra a ditadura, moralmente eram bastantes conservadores em relação à sexualidade e comportamentos (2018, p. 69). As esquerdas nesse momento, por muitas vezes vão

6 Trecho da música da cantora Glória Gaynor, “*I will survive*”. Considerado o hino do movimento LGBTT, fez sucesso na década de 1970.
Trad.: Eu tenho toda a minha vida para viver, e vou sobreviver.

reproduzir a homofobia disseminada na sociedade, impondo um comportamento heteronormativo a seus membros. Portanto, era necessário abrir as portas do armário, tanto da direita, quanto da esquerda. Em São Paulo, o *Somos* ascende como um destes grupos, que se colocam contra a ideologia anti-homossexual, que tinha como pano de fundo o autoritarismo.

3.1. *Somos* um *Lampião* iluminando as esquinas da homofobia: a primeira fase do movimento LGBTT

Quando o *Somos* e o *Lampião* são formados, eles estabelecem modelos de organização; podemos colocar estas duas associações como precursores daquilo que a historiografia vai entender como a primeira fase no movimento LGBTT no Brasil. Ambos são grupos auto-sustentados, característica que vai marcar esta primeira fase do movimento, contudo os dois atuaram de modos distintos.

No *Somos*, éramos rigorosamente contrários à centralização que constituía a base da práxis política da esquerda autoritária de então - e tantas vezes permanece intocada até hoje. Nosso rigor autonomista começava pela ausência de endereço fixo, para não criar a centralização do grupo. [...] A preocupação maior, no entanto, foi em criar um colegiado gerenciador. Para evitar a hegemonias, esse “centro” se renovava a cada três meses, formado por representantes escolhidos/as dentro de cada subgrupo em diferentes áreas [...]. (TREVISAN, 2018, p. 139)

O *Somos* dedicava sua atuação para “dentro”, se desenvolvendo através de “subgrupos de identificação e reconhecimento, segundo o estilo confessional feminista, em que eram importantes os relatos e trocas de experiências pessoais entre seus membros” (SIMÕES, 2010, p. 17). Este momento de partilha de experiências individuais era chamado de “Grupo de Reconhecimento” e foi bastante importante na elevação da auto-estima dos LGBTTs, pois lá eles encontravam apoio emocional e amizade. Tais práticas serviram como principal meio de atrair mais pessoas para a associação.

Uma das primeiras ações do grupo foi enviar uma carta aos editores do jornal *Notícias Populares*, da chamada imprensa marrom, que disseminava notícias de cunho preconceituoso e estereotipado sobre os homossexuais (GREEN, 2018, p. 71). Além disso, o *Somos* atuava também em apoio a ação de outros setores da sociedade, pois a associação priorizava a solidariedade entre os diversos grupos da esquerda democrática e progressista, participando do protesto do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 1979 em frente ao Teatro Municipal e

em 1980 da comemoração do 1º de maio, no Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo junto aos operários (SIMÕES, 2010, p. 16-7).

O segundo importante grupo da primeira fase do movimento LGBTTT é o *Lampião da Esquina*. Iluminando os escuros caminhos pelos quais os homossexuais passavam nesse período, o *Lampião* surge como uma necessidade dos homossexuais de se sentirem representados no meio da imprensa, em um contexto de “explosão discursiva” sobre a homossexualidade no Brasil e a politização do movimento LGBTTT. Estes precisavam de uma mídia que realmente colocasse as pautas necessárias a esta população, sem julgamentos morais de certo ou errado, nem reproduzindo estereótipos; nesse contexto nasceu o *Lampião da Esquina*, o primeiro jornal de ampla circulação do movimento LGBTTT.

Os periódicos cumprem uma função fundamental na luta política dos homossexuais na transição dos anos de 1970 aos 1980, à medida que

eles criam verdadeiros espaços de manifestação de opiniões acerca de um certo tema, com alguma coerência ideológica entre si. Também colaboram para congregar um determinado grupo de pessoas que leem a mesma história e compartilham dos valores ali expressos e que, de alguma maneira, se identificam com eles. (RODRIGUES, 2018, p. 238)

O *Lampião* atuava de forma a explorar aquilo que Foucault (1998) conceituou como “sexualidades periféricas”, trazendo diferentes pontos de vista sobre questões minoritárias, com reportagens sobre o movimento feminista, movimento negro, transexualidade, as travestis, sadomasoquismo, populações indígenas, população carcerária, ecologia, movimentos de emancipação, identidades homossexuais, dentre outros temas. O modo que o jornal tratava esses temas, apesar de ser bem opinativo e politizado, era por meio da incorporação de uma linguagem própria e bem conhecida no meio gay. O uso de palavras como “bicha”, “boneca”, “viado”, “sapatão” e termos afins, era uma estratégia do jornal, visando ressignificar o tom ofensivo das palavras através do uso normal destas (SIMÕES, 2010, p. 18).

O editorial do jornal foi formado em São Paulo, mas a sede era no Rio de Janeiro, dessa forma, o *Lampião* atuou de maneira muito mais forte nestes estados. Esta presença no estado paulista possibilitou uma interlocução com o *Somos*. Mesmo com uma curta vida, durando de abril de 1978 a junho de 1981, o *Lampião* contou com a ajuda da associação paulista em um momento crucial de sua existência. Durante um ano o jornal foi vítima de um inquérito policial, pelo suposto

crime de atentado à moral e aos bons costumes. Segundo Trevisan (1990 *apud* RODRIGUES, 2018), “a carta que a Polícia Federal enviou ao jornal tratava os editores como ““pessoas que sofriam de graves problemas comportamentais””. Em defesa do jornal, o *Somos* começou um abaixo-assinado, formando internamente uma Comissão de Defesa do *Lampião*, que serviu de modo a coletar assinaturas de editores de outros jornais alternativos para um manifesto (SIMÕES, 2010, p.17). Após este período, o inquérito foi arquivado, mas além da censura, o *Lampião* também estava enfrentando desafios de outras ordens, conforme evidenciaremos adiante.

É possível observar que o amparo entre as duas associações era mútuo, à medida que, a partir de 1979, várias entrevistas, reportagens, depoimentos e textos são de pessoas e ativistas que fazem parte do *Somos*. Em compensação, os integrantes do *Somos* ajudavam na distribuição do jornal nos espaços homossexuais de São Paulo.

Rodrigues (2018) vai apontar dois principais elementos para a dissolução do jornal, a primeira é de ordem financeira. O *Lampião* contou com muitos poucos anunciantes, algo que para um periódico é essencial, pois ajuda e/ou paga o seu custeio. As assinaturas eram poucas porque naquele período era difícil ganhar ampla adesão de outros setores da esquerda heteronormativa, visto que acreditavam que pautas minoritárias serviam para fragmentavam a “luta maior”, além disso, era difícil receber apoio na sociedade. Esta realidade levou os editores por vezes a colocar dinheiro do próprio bolso para pagar as edições. A segunda ordem pode ser colocada como ideológica, pois o surgimento da AIDS desestabilizou ainda mais um grupo que, internamente, tinha diversas divergências. Parte do grupo recusava o termo “gay”, por considerar uma palavra imperialista. Outro grupo recusava o uso de palavras como “bicha” e “viado” por considerar que elas reforçavam o preconceito aos homossexuais. Politicamente o grupo também não era coeso, seus membros tinham diferentes posições em relação à classe, raça, gênero e a origem da homossexualidade (alguns grupos dentro do jornal também questionavam a existência da bissexualidade) (SIMÕES, 2010, p. 20). As diversas pressões tanto internas, quanto externas, tornaram insustentável a continuação do periódico, tendo seu fim no início dos anos 1980.

As travestis e as transsexuais também pouco se faziam presente nestes grupos da primeira fase; o *Lampião* não tinha nenhuma. Mas isso não significou que

elas deixassem de ser alvos de discriminação pelos homens gays. No jornal, o termo travesti era utilizado no masculino, e alguns editores as enxergavam como “uma caricatura da “mulher objeto sexual, a mulher cidadã de segunda classe, a mulher idealizada pelos machistas”” (SIMÕES, 2010, p. 19).

No *Somos* as divergências internas eram diversas. Simões (2010) coloca que o grande problema era em relação às tomadas de decisão. A busca por uma organização democrática foi marcada pela dificuldade de atingir um consenso. Levavam-se horas e horas em debates para se chegar a uma decisão, e mesmo que não se solidificasse um grupo na liderança da organização, na prática eram poucas pessoas com disponibilidade, interesse e conhecimento para estar à frente destas discussões. A exigência do consenso foi utilizada como trunfo para barrar mudanças na orientação do grupo, e o uso de acusações como “machista”, “fascista” e “autoritário” foram sucessivamente empregadas para calar um opositor.

Apesar de participarem ativamente, as lésbicas nunca tiveram a frente destas organizações ou ocuparam cargos que pudessem decidir os rumos das mesmas. Muitas não se sentiam contempladas, pois o machismo e o sexismo dos homens gays sempre serviram de modo a minar o protagonismo das mulheres lésbicas.

Em 1981 nasceu o Grupo de Ação Lésbico Feminista (GALF), formado por dissidentes lésbicas no *Somos*, sendo responsável por lançar o primeiro periódico lésbico do Brasil, o *Chana com Chana*. O grupo foi um dos poucos que sobreviveu a década de 1980 e chegou aos anos 1990, naquele novo contexto, como uma ONG. Tudo isso contribuiu para o racha do *Somos* e seu fim em 1983.

Mesmo com a eventual dissolução e uma estrutura interna pouco coesa, o *Somos* e o *Lampião* foram os primeiros lampejos de resistência organizada após um longo histórico de opressões enfrentadas pelos LGBTTs. Sua atuação abriu portas nas décadas seguintes para um movimento muito mais forte frente a uma sociedade que pouco tinha avançado em relação a pauta das sexualidades. O caminho pioneiro que estas associações trilharam foram fundamentais para o renascimento do movimento durante a epidemia de AIDS e o novo contexto da homofobia.

3.2. *I'm coming out! I want the world to know, got to let it show*⁷: A segunda fase do movimento LGBTT

Conforme exposto anteriormente, a entrada nos anos de 1980 foi bastante caótica para o movimento LGBTT. O fim do *Lampião* e do *Somos*, os principais grupos do período, foi um dos principais motivos de desarticulação do movimento durante os primeiros anos da epidemia de Aids no Brasil. Pouco a pouco, São Paulo e Rio de Janeiro iam deixando de serem os centros da luta LGBTT, e em Salvador, o Grupo Gay da Bahia ascende como o principal protagonista do movimento, atuando principalmente na denúncia a violência contra gays e travestis e pela eliminação do item 302 no Instituto Nacional de Previdência Social, que classificava a homossexualidade como doença.

A experiência da primeira fase do movimento deixou como herança o entendimento de que era necessário aprimorar as formas de organização. A redemocratização trouxe um palco político-partidário muito mais amplo que era a década de 1970; a crise econômica tornou bastante difícil os grupos se manterem auto-sustentáveis. Além disso, diante do contexto de epidemia de Aids, atingindo principalmente os GBTTs, que estavam morrendo sem qualquer conhecimento do que tinham, somada à discriminação decorrente da doença, era mais do que necessário cobrar uma resposta do Estado frente à epidemia.

O processo de institucionalização dos grupos constitutivos do movimento homossexual brasileiro toma impulso nas décadas de 1980 e 1990. Este processo implica a transformação de grupos "alternativos" em organizações formalmente estruturadas para viabilizar a recepção de financiamentos do Estado e de organizações internacionais. Essa tendência de institucionalização pode ser explicada tanto por apresentar-se como alternativa para criar estruturas de trabalho e desenvolver sistematicamente programas sociais, como também pela justaposição de interesses do Estado, das organizações financiadoras internacionais e das ONGs em relação ao público-alvo daqueles programas. A prevenção e o combate ao vírus HIV favorece à formação de ONGs e à celebração de contratos de parceria [...]. (BARROSO, 2007, p. 228)

As ONGs, além de terem o reconhecimento do Estado, naquele momento passam a captar recursos através da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, que se transforma na principal fonte de renda das ONGs

7 Música da cantora Diana Ross, ícone do movimento LGBTT que embalou a década de 1980 com sua música "*I'm coming out*". A música fala sobre literalmente "sair do armário". Trad.: Eu estou saindo! Eu quero que o mundo saiba, preciso mostrar.

voltadas ao combate da Aids e da homofobia. Além disso, a modelo de ONGs, ao levar a militância para o campo institucional, promove o estabelecimento de

“organizações de caráter formal e mais focado em assegurar o direito à diferença. Formaram-se poucos grupos, mas mais coesos, reunidos cada qual em torno de uma liderança conhecida, carismática, bem articulada e, não menos importante, dotada dos recursos simbólicos e materiais efetivamente capazes de fazer avançar metas e objetivos mais claramente definidos e circunscritos”. (SIMÕES, 2010, p. 24)

Muitas pessoas que fizeram parte da primeira fase do movimento LGBTT paulista passam a integrar as novas ONG-AIDS, sendo a primeira o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA/SP), fundada em 1985. No Rio de Janeiro, os homossexuais cariocas se re-articularam em torno da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (1987), e do Grupo Pela VIDDA (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS), fundada em 1989. Além destas organizações, também emergiram as ONGs-LGBTTs; na década de 1980 podemos elencar os dois principais, primeiro, o já citado Grupo Gay da Bahia, a mais antiga organização LGBTTQ+ ainda em atuação, e a segunda organização, o já extinto Triângulo Rosa, que durou de 1985 a 1988.

O GGB e o Triângulo Rosa foram fundamentais para delinear as primeiras pautas do movimento LGBTT na década de 1980. Os conceitos que antes eram fruto de polêmica entre os militantes da primeira fase, são definidos. Como por exemplo, a mudança do termo “opção” para “orientação sexual”. Os dois grupos atuaram juntos no Congresso Nacional, lutando pela proibição da discriminação por orientação sexual. João Antônio Mascarenhas, um dos fundadores do Triângulo Rosa, esteve na bancada do Congresso falando de frente para os parlamentares enquanto ativista gay, algo inédito tendo em vista a posição marginal que até então os grupos LGBTTs tinham na década passada.

O interesse do Estado no combate da AIDS, entretanto, deve ser problematizado, pois até o momento em que ela era uma “doença gay”, a resposta foi tímida, diante do pânico disseminado entre os GBTTs. A ligação que se estabelece entre a AIDS e os homossexuais, serve de modo a impedir de considerar a epidemia um risco a sociedade em geral.

Quanto a visibilidade, a epidemia, por atingir mais fortemente, no seu início, os homossexuais, revelou de maneira inesperada o quanto nos âmbitos mais recônditos das famílias, das igrejas, das instituições sociais mais variadas os homossexuais estavam presentes e levavam uma vida sexual ativa. Não era mais possível ignorar que aquele frade tão bondoso era também um ativo e secreto membro desse grupo de pessoas que fazem

sexo com pessoas de seu mesmo sexo; o mesmo valia para outros que se ocultavam na “respeitabilidade” de alguma instituição tida e havida como o mais forte baluarte dos heterossexuais (delegados de polícia, juízes, promotores públicos, militares, etc.). A epidemia obrigava a sair do armário também pela solidariedade a ser prestada às vítimas. [...] Essa experiência obrigou a uma visibilidade ainda maior, pois mesmo aqueles que ocultavam sua vida erótico-afetiva, em meio à crise, ou foram denunciados ao contrair o vírus ou, se quisessem manter os vínculos de solidariedade mínima com outros homossexuais, tiveram que dar início visível a uma rede de apoio. (LOPES, 2015, p. 289)

É possível afirmar que a experiência e a visibilidade da primeira fase, junto ao novo modelo de organização adotado, e a redemocratização, deram um novo fôlego para a luta LGBTT. As pressões exercidas por estas organizações, muito mais coerentes e estruturadas, foram fundamentais para o adiantamento de respostas estatais à epidemia durante a segunda metade dos anos 1980. Estas transformações são também em função da “superação da visão do Estado como autoritário e impermeável aos interesses “populares” e à assimilação da ideia de “parceria” com o Estado como meio para a consecução de seus objetivos imediatos” (BARROSO, 2007, p. 230). O Estado por sua vez viu a necessidade de conter a doença, a medida que após os primeiros anos, quando se “descobre” que o HIV não é um vírus gay, ela se volta contra as instituições e pessoas que reivindicavam uma moralização dos comportamentos, pois suas transgressões a heteronormatividade passam a ser expostas pela doença. Além disso, o Estado, ao financiar as ações das ONGs, também lucrava, pois investir nas ações de prevenção das doenças era mais econômico do que despendar recursos no serviço de saúde pública, pois demandaria muito mais recursos econômicos e humanos.

O mercado também tem importância nas mudanças de concepções do movimento LGBTT, pois os anos 1980 estiveram marcados pela visibilidade publicitária que os homossexuais e as travestis passam a ter - positivamente em torno de Roberta Close, vedete do verão carioca de 1984, e dos espetáculos do Carnaval gay, mas negativamente em função da doença. Toda esta explosão publicitária faz com que o mercado, observando o potencial de lucro, passe a investir em bares, locais de socialização e produtos para esta população e seus apoiadores, nascendo assim à sigla GLS⁸, utilizada para demarcar estes espaços e produtos.

8 Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

3.3. *Freedom! You've gotta give for what you take*⁹: as Nuances do movimento LGBTT sul-rio grandense

Aproximadamente um ano após o primeiro caso da Aids ser notificado em São Paulo, marcando o início da epidemia no Brasil, no dia 30 de dezembro de 1983 é registrada a primeira vítima da AIDS no Rio Grande do Sul. Apesar de o contexto geral ser de disseminação de matérias sensacionalistas a respeito da doença e sua ligação com os homossexuais, esta morte não terá tanta repercussão. Será apenas um mês depois, no dia 18 de janeiro de 1984, com a morte de um homem bissexual, que a imprensa sul-rio grandense entre em alerta, e passa a publicar matérias sensacionalistas.

Para impedir a disseminação da doença, o governo do Rio Grande do Sul se inspira no modelo de combate utilizado pelo Instituto de Saúde de São Paulo, criando em 1984 um disque-AIDS, utilizado para informar a sociedade sobre a doença. As medidas, no entanto, não foram acompanhadas por um projeto de desestigmatização da doença, à medida que nas primeiras semanas de funcionamento, da média de 300 telefonemas, dois terços eram trotes. Enquanto no imaginário social pairava que os heterossexuais estariam imunes a AIDS, a epidemia era vista com pouca importância na sociedade. Mesmo assim casos da doença só aumentavam. Em 1983 é registrado o primeiro caso, no ano seguinte são registrados 4, e em 1985 esse número mais que dobra, saltando para 11 (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015b, p. 78).

Em 1985 foi inaugurado o primeiro serviço público de atendimento a doença no estado, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contudo, isso não significou a democratização do atendimento, pois este serviço era conhecido como de elite. A maioria das pessoas que era internada dispunha de boas condições econômicas, dessa forma, era necessário o sigilo para evitar “manchar” sua reputação, afinal naquele período contrair AIDS era sinônimo de ser gay. Pouco se tinha conhecimento sobre quem estava internado, e só se sabia quem era após a morte da pessoa.

9 Trecho da música do cantor George Michael, “*Freedom! '90*”, sintetizava os desejos para a década de 1990.
Trad.: Liberdade! Você tem que dar para ter o que quer.

Uma coisa que chama atenção de Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015b) é que, diferente dos outros estados, no Rio Grande do Sul havia uma inércia na mobilização social. Segundo Jair Ferreira, médico epidemiologista e chefe substituto do Serviço de Dermatologia Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul na década de 1980,

[...] a ausência de referência a profissionais da área social e aos movimentos sociais se explica pelo fato de o número de casos de aids, naqueles primeiros anos, ser pequeno e concentrado nas classes privilegiadas. De acordo com o médico, esses pacientes não necessitavam de apoio social, podendo dispor de assistência psicológica em consultórios particulares: “de 1983 até o final de 1988, o número de casos de aids notificados no Rio Grande do Sul não atingiu 300 e a maioria deles era de classe alta ou média alta, que viajavam a turismo ou a negócios e iam ‘buscar’ o vírus em outros países ou no Rio de Janeiro e em São Paulo. A necessidade de assistência social era bem menor na época. O Gapa surgiu exatamente no momento em que começou a crescer o número de casos entre pessoas menos favorecidas”. (FERREIRA, 2005 *apud* LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015b, p. 84)

Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015b) acrescentam outra teoria para explicar a pouca atuação dos movimentos sociais, afirmando que

o ingresso tardio das ONGs gaúchas na luta contra a doença pode ser explicado também pela inexistência de um movimento homossexual organizado naquela época. Ao contrário de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Sergipe, onde o movimento homossexual dos anos 1970 e 1980 deu origem aos primeiros grupos de defesa do doente de aids e de combate às discriminações das quais poderiam ser vítimas os homossexuais, em Porto Alegre foram necessários cinco anos de epidemia e o aumento significativo do número de casos para que surgisse o Gapa-RS. (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015b, p. 85)

De fato, em diversos aspectos, o Estado do Rio Grande do Sul era referência nacional no quesito combate à epidemia nos anos 1980. Mesmo que a doença tenha ocorrido em Porto Alegre mais tardiamente, logo após os primeiros casos da AIDS, houve uma mobilização estatal para impedir sua dispersão. De 1983 a 1988, a maioria dos casos registrados se encontrava na classe média bem-sucedida ou rica, no caso, aqueles que tinham condições de viajar, e contraiam a doença ou no exterior ou no eixo Rio-São Paulo. É quando a doença passa a atingir a população mais pobre, principalmente as/os profissionais do sexo e gays, que surge uma organização da sociedade civil em torno da doença.

Em 1989, Porto Alegre é sede do II Encontro da Rede Brasileira de Solidariedade (ONGs/AIDS), organizado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), Apoio Religioso Contra AIDS/Instituto de Estudos da Religião (ARCA/ISER), GAPA/SP, e o recém fundado GAPA/RS. O que nos leva a perceber

que a capital sul-rio grandense passa a ser um dos palcos da agitação nacional proveniente da epidemia.

É em uma das palestras sobre prevenção à AIDS, ministrada pelo GAPARS, que Célio Golin e Glademir Lorensi, na época moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se conhecem. Esse primeiro encontro foi o suficiente para perceberem que politicamente os dois convergiam em muitos pontos. A conexão que os dois estabelecem, junto a extensa bagagem de militância pelos direitos homossexuais de Glademir, é o ponto fundamental para que junto com outros moradores da CEU, promovam a ideia de criar um grupo para discutir as sexualidades (GOLIN, 2017, p. 16). Inicialmente as reuniões do grupo aconteciam no 2º andar da CEU, e um tempo depois, se mudaram para a garagem da sede do GAPARS. Em 1990 adotaram o nome *Movimento Homossexual Gaúcho*, no ano seguinte se transformaram no *Nuances - Grupo Pela Livre Orientação Sexual - Construindo Cidadania*.

O *Nuances* nasceu diante de um contexto bastante complexo no que se refere à questão homossexual. Apesar dos avanços da década de 1980, no imaginário social a Aids ainda era vista como uma doença gay. O reconhecimento do Estado não veio acompanhado com medidas efetivas em favor dos direitos da população LGBTT, que ainda era vítima de discriminação pela sua sexualidade e/ou gênero. Importante destacar que nos anos finais do século XX surgem grupos neonazistas, e assim como era feito na Alemanha nazista, estes grupos também vão perseguir LGBTTs para espancar e/ou matar. Portanto, o *Nuances* surge diante das inquietações da população LGBTT nesse período, não apenas pela AIDS, mas principalmente por um conjunto de direitos fundamentais. E tudo isso perpassava, como seu próprio nome diz, a defesa da livre orientação sexual.

Investigando o acervo do grupo, em uma ata de 4 de julho de 1995, podemos observar esta posição, mas também ver a contradição existente em relação ao lugar que estavam

André levantou a importância de definir a “identidade” do Nuances, que não é a mesma coisa que o GAPARS, por ex. Hoje o Nuances é referência a nível nacional, e temos um espaço político fundamental a ser ocupado na cidade. (NUANCES, 1995, p.1)¹⁰

10 REUNIÃO GRUPO NUANCES, 1., 1995, Porto Alegre. **Atas** [...]. Porto Alegre: Nuances, 1995.

Caetano; Nascimento; Rodrigues (2018) afirmam que a agenda homossexual masculina e das lideranças LGBTTs seguiu uma lógica de desestigmatizar a homossexualidade, pois “assumir as agendas de enfrentamento a AIDS representava, dentre outras coisas, se aproximar da cadeia de estigmas que o movimento social buscava se dissociar”¹¹(2018, p. 289). Dessa forma, o que o *Nuances* procurava era ter uma identidade própria, e que não fosse confundida com uma ONG-AIDS. Uma vez que ligação que os integrantes do *Nuances* tinham com a GAPA/RS, e o fato de deles estarem residindo no GAPA/RS, podia levar a uma confusão entre uma ONG e outra.

A luta por direitos e cidadania da população LGBTT era a grande marca *nuanceira*, e este ativismo se deu de maneira intensa nos anos 1990. Em 1994, a ONG junto a Câmara Municipal de Porto Alegre apresentou uma proposta de mudança da Lei Municipal 350, em seu artigo 150, no qual trata sobre discriminação por religião, raça e etnia, incluindo a discriminação por orientação sexual. Apesar de sua aprovação, a implantação, ainda sim, foi um desafio, frente a homofobia disseminada na sociedade. Outra importante conquista foi em 1996, quando o Juiz Federal Roger Rios reconheceu o direito ao benefício de pensão ao namorado de um gay funcionário da Caixa Econômica Federal. Mais tarde, também de iniciativa do *Nuances*, foi realizada uma denúncia ao Procurador da República Paulo Leivas, do Ministério Público Federal acerca da discriminação aos homossexuais que tentavam acessar os direitos previdenciários no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), no ano de 2000. O caso teve início a partir da denúncia de um homem gay que procurou a ONG, pois o INSS não queria pagar a pensão por morte referente ao seu companheiro. O Ministério Público Federal deu causa favorável e o caso teve grande repercussão, à medida que a decisão equiparava as relações homossexuais às heterossexuais (GOLIN, 2017, p. 22).

Todas estas ações políticas não significaram o abandono da pauta da Aids, pois através do Projeto *Poa Noite Homens*, fundado em 1997, o *Nuances* passou a ser referência na luta, resistência e enfrentamento ao estigma da doença. O Projeto, financiado pelo Ministério da Saúde, procurava abordar homens que faziam sexo

11 Porém isso não significava o abandono da pauta, pois através do Projeto *Poa Noite Homens*, fundado em 1997 pelo *Nuances*, a ONG passou a ser referência na luta, resistência e enfrentamento ao estigma da doença. O Projeto, financiado pelo Ministério da Saúde, procurava abordar homens que faziam sexo com homens em bares e boates gays de Porto Alegre. Para saber mais: CÉLIO, Golin *et al.* (org.). **Nuances 25 anos. Uma trajetória inconformada com a norma**. Porto Alegre: s.n., 2017.

com outros homens em locais de socialização, como em bares e boates gays de Porto Alegre, conscientizando sobre a importância do sexo seguro e entregando alguns materiais produzidos pela ONG - como porta copos, livretes e panfletos, além da camisinha e do lubrificante.

Em 1995, enquanto o Programa Nacional de Aids do Ministério da Saúde e alguns grupos gays como o Grupo Gay da Bahia defendiam a redução do número de parceiros e a monogamia como estratégias de prevenção, o Nuances de forma direta e ousada fez campanha onde produzimos uma camiseta que trazia no peito muitas imagens de preservativos e a frase: “aumente o número de parceiros”, exatamente na contramão desta visão, que para o Nuances era equivocada em termos de prevenção, além de conservadora e higienista. (GOLIN, 2017, p. 42)

Para a ONG, a centralidade do debate sobre a Aids não estava na prática sexual, e sim no comportamento de risco. Portanto, o trabalho sempre foi realizado de modo a desconstruir a ideia de que o sexo gay fosse o responsável pela doença, mas sim o sexo sem a devida proteção. Nesse sentido, o Projeto *Poa Noite Homens* foi fundamental para contribuir na desestigmatização da doença na capital do Rio Grande do Sul. Muitos dos materiais produzidos no Projeto eram financiados pelo Programa Nacional de Aids; anos mais tarde em 1998, o Jornal do Nuances também passa a ser produzido com esses recursos. Distribuído inicialmente nestes espaços de sociabilidade gay, junto ao *Poa Noite Homens*, o jornal se transforma em mais um meio de veicular a ideia do sexo seguro na noite porto-alegrense.

4. O Jornal “das” Nuances: entre a AIDS e o chamado “pela livre liberdade sexual”

Em linhas gerais, podemos definir o Jornal do Nuances como um periódico gay, com periodicidade irregular e voltada para a defesa dos direitos LGBTT, mas também servindo de modo a difundir o pensamento da organização em vista de promover uma mudança sociocultural. Ainda em atividade, sua distribuição na década de 1990 se dava principalmente nos meios de sociabilidade homossexual (no período intitulado como GLS), compreendendo também as universidades, sindicatos e outras organizações sociais e culturais. Chegando a ter mais de 2.500 pessoas cadastradas, o jornal, trazia/traz diversas ações da ONG, além de informações sobre a Aids, denúncias de discriminação e violência, entre outros assuntos voltados a temática dos Direitos Humanos a nível nacional e internacional para a população LGBTT. Ao pensar o jornal em relação à ONG, é importante colocar que “deve-se levar em conta sua condição de instrumento (ou ferramenta) para atender a objetivos e a estratégias na luta contra a homofobia” (BARROSO, 2007, p. 10).

Linguisticamente três aspectos estão bastantes presentes nas páginas do jornal. A primeira é os termos utilizados. Como colocado anteriormente, a primeira fase do movimento LGBTT foi palco de conflitos internos em relação aos termos a serem utilizados, como por exemplo, o “*gay*”, que por alguns setores era visto como um termo colocado a partir de um imperialismo linguístico estadunidense, e que, portanto não compreendia as especificidades brasileiras. Outros, no entanto, para se colocar contra este imperialismo, resolveram utilizar o termo aportuguesado “*guei*”. Não apenas inspirado no *Lampião*, mas em consonância com a proposta da organização, o Jornal do Nuances utilizou termos variados - inclusive aqueles que eram repudiados por homossexuais mais conservadores - de modo a diminuir o potencial ofensivo de algumas palavras. Dessa forma, o discurso jornalístico do *Nuances* era permeado por termos como “*gay*”, “*bichas*”, “*bibas*”, “*viados*”, “*homossexuais*” e “*homens que fazem sexo com homens*”¹² para descrever os gays, “*travas*” e “*travecas*” em relação às travestis, e “*sapatas*” e “*amapôas*” para falar das

12 Termo utilizado para descrever homens que não necessariamente se autodeclararam ou são gays, mas mantêm/mantiveram relações sexuais com pessoas do mesmo gênero.

lésbicas. Alguns termos inclusive são palavras do universo LGBTT, portanto ao utilizá-las também se visava não apenas uma afirmação positiva da cultura gay, mas também se utilizar desta cultura para se aproximar ainda mais do seu público alvo.

O segundo aspecto é o uso das gírias homossexuais; nesse contexto Barroso (2007) coloca que esta é uma característica do jornal que pode vir a dificultar a leitura e o entendimento de pessoas que não estejam imersas na cultura homossexual do período (2007, p. 139). Em algumas passagens é possível observar como o jornal tratava de homens utilizando adjetivos e palavras no feminino - algo comum no meio gay -, por exemplo, chamar o “amigo” de “amiga”. Algumas gírias mais utilizadas pelo jornal eram “babado”, “aquendação”, “pegação”, “neca”, “fechativo”, “ferveção”, “éuó”¹³, etc.

Em depoimento apresentado no Fórum Social Mundial (janeiro de 2005), em Porto Alegre, um ativista nuanceiro afirmou que “o jornal tinha que refletir o grupo. E refletindo o grupo, tinha que refletir sua própria linguagem. Então existe uma linguagem dos gays, que é o bate-bate, que é só para iniciados. Principalmente se considerar que são seis anos atrás. Então, se tu fala em *ocó*, se tu fala em *alibã*, *amapôa*, ninguém da comunidade conhecia. E, no primeiro momento, a gente pensou em colocar essas palavras de forma que elas gerassem curiosidade. Então, às vezes, tornava um texto pra quem não era iniciado nessa linguagem, completamente cifrado. Num segundo momento, a gente começou a pensar que seria interessante colocar um léxico. E identificar as palavras com o seu glossário lá. E dizendo: *alibã* significa policial. *Otin* significa bebida. E assim por diante. E, finalmente, a gente começou a colocar isso de uma forma mais *light*. Onde ela não interferiria no conceito total. Só mais numa piada. E hoje em dia, a gente está bem tranquilo no uso disso. E espera que as pessoas tenham também um pouco de interesse de conhecer um pouco mais”. (BARROSO, 2007, p. 139-140)

O terceiro aspecto linguístico do Jornal é referente à sua grande diversidade textual. Como um jornal comprometido com a luta contra a homofobia, o ele trazia diversas denúncias e reportagens sobre o assunto, mas além destas, também apareciam artigos, notas, uma coluna social trazendo diversas vivências homossexuais em Porto Alegre e textos de caráter múltiplo, percorrendo o caminho militante, acadêmico, informativo e polêmico.

A imagem da “bicha bafona”, presente no jornal, nos ajuda a refletir sobre as intencionalidades da ONG ao colocar as questões acima em destaque.

13 Babado: fofoca ou boato chocante; Aquendação: pegar ou ter relação sexual com alguém, o termo também é utilizado no meio drag queen para descrever o ato de esconder o pênis; Neca: pênis; Fechativo: provocar, escandalizar ou apresentar um comportamento exagerado com o objetivo de divertir ou provocar; Ferveção: utilizado para descrever um lugar com muitas pessoas e bastante animado; Éuó: algo ou alguém ruim, insuportável, chato ou de caráter muito pomposo.



Figura 1 - Capa do Jornal do Nuances, nº 9¹⁴

Na foto de capa do jornal encontra-se Nêga Lu, homossexual negra que ganhou fama em Porto Alegre na década de 1970, quando foi solista do Coral da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA). Amante da moda andou com importantes figuras do ramo e chegou a montar um grupo de *rock*, *blues* e dança, e durante o carnaval fazia sucesso com suas roupas e maquiagens fechativas.

No Brasil, diversos atores sociais sempre estiveram esquecidos, invisibilizados ou relegados à marginalidade. Apesar dos gays estarem dentro deste grupo, quando se fala de pessoas negras, este processo é ainda mais intenso, uma vez que elas foram/são atingidas pelo histórico da escravidão e do racismo. Um homossexual classe média/alta, apesar de sofrer repressão a sua sexualidade,

14 Os jornais de número 7, 8 e 9 não tem referenciado seu ano de publicação. Entretanto o jornal de número 10 está datado de fevereiro de 2000, portanto, entende-se que estes três citados estão dentro do recorte histórico de 1998-2000.

mantém certos privilégios socioeconômicos, que muitas vezes garantiam acesso a locais públicos, empregos, serviços e segurança que os protegiam das vulnerabilidades e violências próprias das classes mais populares. Nesse sentido, quando vemos a imagem de um homossexual negro pobre vestido com roupas consideradas femininas, por si só há um grande impacto na capa do jornal, a medida que isto mexe e gera inquietações às estruturas de valor e moral ocidental. Entretanto, quando esta imagem está estampada na capa de um jornal, ela ganha uma dimensão única, pois ela rompe com um processo histórico de invisibilização destas vidas. A Nêga Lu traz em seu corpo e em suas vestes, nuances e vidas que durante séculos foram reprimidas, mortas e invisibilizadas.

Não é a toa que a bicha preta sul-rio grandense ganha a capa do Jornal do Nuances, isso decorre da própria estrutura de pensamento que norteia a ação do *Nuances*, que “se voltam para o *silenciamento* e/ou a *estereotipização*, ou para a *normalização/domesticação/assimilação* dos homossexuais, o grupo Nuances propõe a construção do sujeito homossexual pela via diversa da visibilidade transgressiva” (BARROSO, 2007, p. 283). A Nêga Lu é a representação dessa “bicha bafônica”, pois desafia a moral social e (r)existe a esse histórico de opressões.

Em antagonismo, o jornal coloca a figura da “gay classe média”, geralmente representada por um homossexual branco, classe média/alta e que segue a lógica de expressão de gênero normatizada na sociedade. Em decorrência disso, ele tende a ser mais tolerado nos espaços sociais e na mídia tradicional. Nesse contexto, acredito que a teoria interseccional tem muito a contribuir para pensar teoricamente a ideia da visibilidade transgressiva defendida pelo Jornal do Nuances, apesar de haver poucas pesquisas que reflitam acerca da intersecção de classe, raça, gênero e (homo)sexualidade.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (GÉLEDES, 2011)

A segunda fase do movimento LGBTTT foi marcada pela mudança da postura do Estado em relação às organizações sociais. Antes clandestinas e reprimidas, passaram a ser reconhecidas e a dispor de recursos do Ministério da Saúde para o combate à doença. É por meio desses recursos que o *Nuances* passa a investir em ações, mas principalmente na mídia, visando conscientizar sobre o sexo seguro como modo de evitar a AIDS.

É nesse contexto que nasce a cartilha “rompa o silêncio”, voltada para elevar a auto-estima da população LGBTTT, em 1998, mesmo ano do lançamento do *Jornal do Nuances*. Além disso, outros projetos já estavam sendo desenvolvidos, como o *Poa noite homens*, *Fortalecimento das ações preventivas* e o *Pegação segura*. Em conjunto, estas ações eram norteadas pela concepção que o sexo seguro era a chave para a redução dos índices de infecção pelo vírus do HIV, mas não seria efetivo sem um processo de visibilidade LGBTTT, ou seja, tirar esta população do gueto e da clandestinidade, desenvolver sua autoestima para promover a luta por direitos políticos e humanos (BARROSO, 2009, p. 184).

4.1. O Jornal do Nuances e a AIDS (1998-2000)

Quando se inicia as reuniões do *Nuances* logo se coloca em pauta a problemática envolvendo a possível associação da organização como uma ONG-AIDS, pois sua sede era no GAP/RS. Ao longo da década de 1990, o *Nuances* se estabeleceu em uma sede própria e os ativistas do grupo passaram a militar contra a estereotipização e os estigmas presentes na mídia tradicional - das quais sempre procuravam falar das homossexualidades a partir da doença. Internamente se tinha a concepção de que a doença não era algo a ser tratado pelas ONGs-LGBTTs, pois isso dizia respeito a saúde pública, e tocar neste assunto apenas servia de modo a reforçar os estigmas existentes. Entretanto, no mesmo período a ONG passa a ganhar recursos do Programa Nacional de DST e AIDS, os quais foram fundamentais para o seu crescimento. Ao analisar a posição política do *Nuances*, é possível observar uma contradição latente sobre essa questão.

[...] estes ativistas pautavam-se pela idéia de formar um grupo de luta política em favor das homossexualidades sem que a questão da Aids entrasse como o motivo condutor. Neste sentido, podemos argumentar que a motivação original destes ativistas era formar uma nova organização que renunciasse à identidade institucional de ONG Aids e assumisse a configuração de grupo (e, posteriormente, de ONG) voltado para a

cidadania e os direitos humanos dos homossexuais. (BARROSO, 2007, p. 234)

Nesse contexto, um dilema, pois ao mesmo tempo em que recusaram a pauta da Aids, não poderiam deixar de tocar, pois agora recebiam recursos para isso. Estratégias para resolver essa questão foram formuladas, e em um primeiro momento se retratou a Aids de forma indireta, ou seja, a partir dos projetos já anteriormente realizados sobre a temática, informando sobre outras ONGs-AIDS e com textos para a promoção a prevenção.

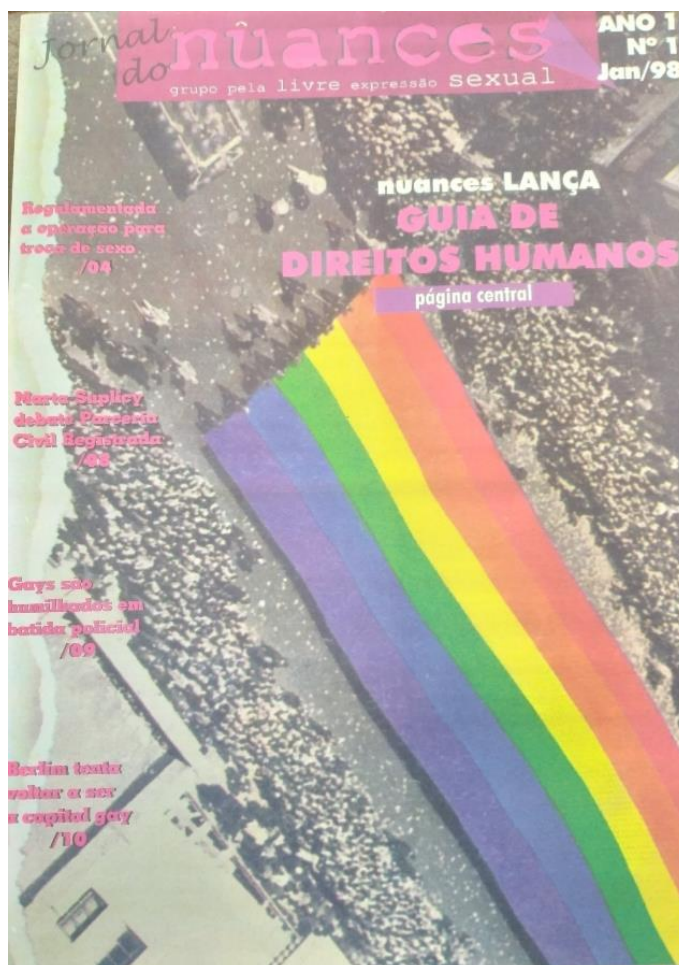
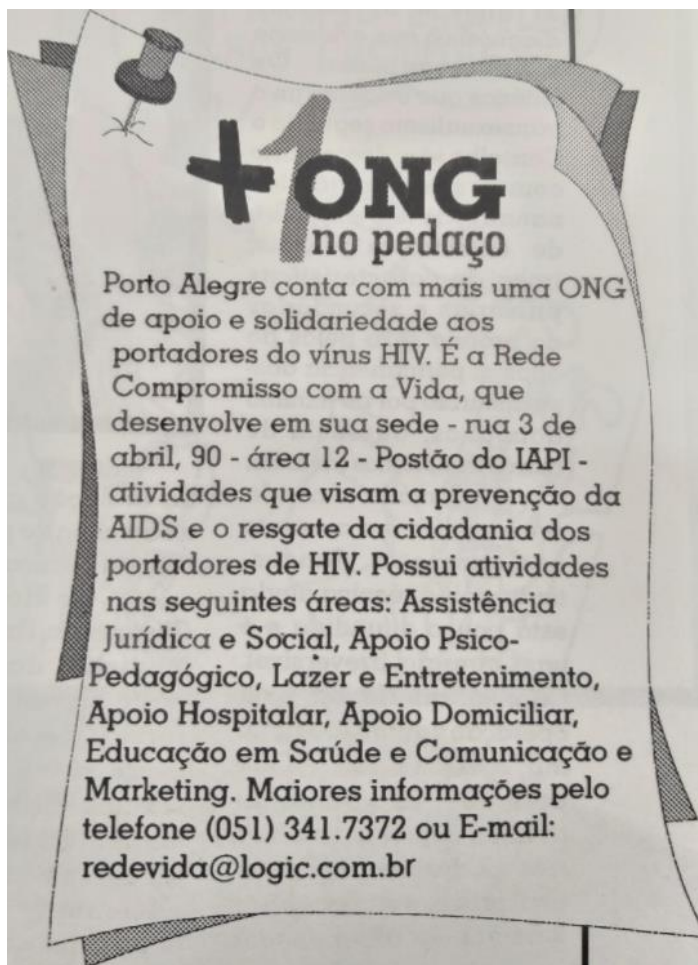


Figura 2 - Capa do Jornal do Nuances, ano 1, nº 1, jan. 1998.



Figura 3 – Um estande na luta contra¹⁵

15 AIDS POVO, Correio do. Um estande contra na luta contra a AIDS. **Jornal do Nuances**, Porto Alegre, jan. 1998. Notas, p. 2.



**+1 ONG
no pedaço**

Porto Alegre conta com mais uma ONG de apoio e solidariedade aos portadores do vírus HIV. É a Rede Compromisso com a Vida, que desenvolve em sua sede - rua 3 de abril, 90 - área 12 - Postão do IAPI - atividades que visam a prevenção da AIDS e o resgate da cidadania dos portadores de HIV. Possui atividades nas seguintes áreas: Assistência Jurídica e Social, Apoio Psico-Pedagógico, Lazer e Entretenimento, Apoio Hospitalar, Apoio Domiciliar, Educação em Saúde e Comunicação e Marketing. Maiores informações pelo telefone (051) 341.7372 ou E-mail: redevida@logic.com.br

Figura 4 - +1 ONG no pedaço¹⁶

POA noite homens

No DIA MUNDIAL DA AIDS não tem nada para COMEMORAR

E em 1988, a Organização das Nações Unidas definiu que o dia 1º de dezembro seria um dia especial para reflexão e adoção de práticas que estimulassem o controle por parte dos órgãos governamentais para o combate a esta epidemia. Neste ano, a ONU divulgou um boletim alarmante: mais de 30 milhões de pessoas em todo mundo estão contaminadas e este número aumenta em 16 mil pessoas a cada dia. Segundo o comunicado, 2,3 milhões de pessoas morreram de Aids em 1997, 50% a mais que em 1996. O pánculo aumentou quando se descobriu que só um em cada dez soropositivos sabe que está infectado. De acordo com projeções da Organização Mundial de Saúde, 18 milhões de pessoas, das quais 590 mil crianças foram contaminadas pelo HIV em 97 - 190 mil na América Latina - com esta projeção, estima-se que no ano 2000 pelo menos 40 milhões de pessoas serão soropositivas.

Cresce assustadoramente o número de mulheres infectadas. Há dez anos era uma mulher para 50 homens contaminados, hoje, a proporção é de uma para cada dois. Nos últimos seis anos as organizações mundiais iniciaram uma campanha mais sensível para prevenir a propagação do vírus entre as mulheres. Este tipo de projeto visa instruir as grávidas a dar maiores poderes para que as mulheres se protejam contra o sexo indesejado ou com risco, tentar desenvolver e divulgar métodos de prevenção que elas

possam usar e controlar de forma independente. A comissão técnica foi apresentada no dia 1º de dezembro, no Memorial da América Latina, em São Paulo. Em parceria realizada pela Secretaria de Estado de Saúde, observou-se que a comissão foi criada pelo ministro de homens e mulheres consultados. Falta de poluetano, substância mais rígida que o látex do preservativo masculino, deverá estar a

o

van

da em

todo o

país até o

início do

próximo ano.

O primeiro

caso de Aids entre

menores de 13 anos

no Brasil foi detectado

em

1993. O Ministério da

Saúde informa que,

desde o início da epidemia, quase

quatro mil crianças desan-

volvem a doença no país. Cerca

de 90% delas foram contaminadas

pelo mãe na gestação ou no parto.

Existem atualmente 15 mil

crianças brasileiras soropositivas.

No Rio Grande do Sul, no primeiro

semestre deste ano foram

registrados 59 casos de crianças

infectadas pelo vírus. Este ano foi

definido pela ONU como o

ano de luta contra a Aids

infantil. A OMS calcula

que a cada dia, mil

crianças se con-

taminam com o vírus

da Aids e que, no

mundo, o total de

crianças vivendo

com o vírus chega a

um milhão.

NÚMEROS DA DOENÇA

- 11,7 milhões de pessoas já morreram vítimas da doença.
- Dos 2,3 milhões de pessoas que morreram neste ano, 480 mil são crianças.
- 8,2 milhões é o total de crianças orfãs da Aids.
- 16,5 milhões é o total de óbitos estimados para o ano 2000.
- Até o fim de 97, um milhão de crianças estavam vivendo com o HIV em todo o mundo.
- Em 96, dos 1,5 milhão de mortos de Aids, 350 mil tinham menos de 15 anos.
- No Brasil, até o ano 2000, 26 mil crianças poderão perder suas mães por causa da Aids.

PREVENÇÃO PARA MULHERES E SEUS FILHOS:

A mãe pode transmitir o vírus HIV ao filho durante a gestação através do sangue que circula no parto, pelo contato direto com o sangue e secreções.

As mulheres devem fazer o teste para detectar o HIV quando pensarem em engravidar. Em caso de resultado positivo, o médico tem a obrigação de apontar todos os riscos e se a mãe decide se vai gerar.

Se a mulher já estiver grávida, o exame deve ser feito durante o pré-natal. Se o resultado for positivo, é indicado o uso do AZT na gestação, que reduz de 25% para 8% as chances de contaminação do filho. O bebê deve usar o AZT nas seis primeiras semanas.

O vírus pode ser transmitido pela mulher ao filho na amamentação. Os médicos não sabem se a transmissão se dá pelo leite ou pelo sangue presente nas fissuras do seio. A mulher que tem HIV não deve amamentar.

Usar camisinha é a forma mais segura de evitar a contaminação. Está comprovado que um número significativo de mulheres pegou o vírus do marido.

Não use drogas injetáveis. Se usar, não compartilhe seringas.

As vezes a mulher não se droga, mas mantém relações sexuais com o parceiro que utiliza drogas, compartilhando seringas e não usa preservativo. Ao engravidar, esta mulher corre o risco de transmitir Aids ao seu bebê.

(Fonte: Jornal Zero Hora, 01/12/97)

Figura 5 – No dia mundial da AIDS não tem nada para comemorar¹⁷

17 NUANCES, Jornal do. No dia mundial da AIDS não tem nada para comemorar. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, jan. 1998. Poa noite homens, p. 3.

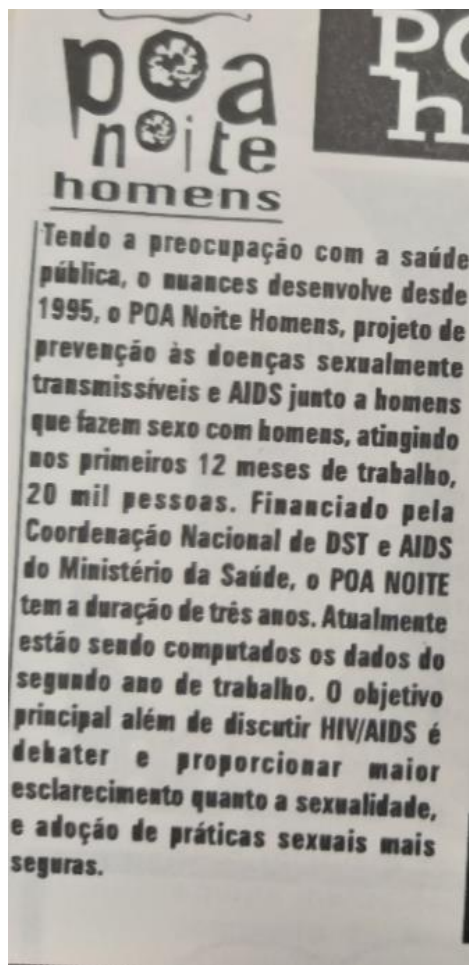


Figura 6 - Nota sobre o projeto *Poa noite homens*, parte do texto da figura 5.

Na figura 2 é dado destaque para o estande da campanha do Dia Mundial de Luta contra a AIDS de 1997, em Porto Alegre, no qual foram distribuídos 100 mil kits contendo camisinha e material educativo sobre a prevenção da doença, tema deste ano que havia sido voltado para as crianças que viviam com AIDS. Na Figura 4, o Jornal informa sobre o surgimento de uma nova ONG-AIDS na cidade. Na Figura 5 é onde enxergamos de forma mais forte a questão da AIDS, onde o periódico traz um texto sobre o então atual estado da epidemia a nível nacional e internacional, citando alguns números coletados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde. É interessante notar que apesar de o texto estar em um jornal gay, num contexto de epidemia, em nenhum momento se fala destes. Ao longo do texto se utiliza apenas o termo "pessoas soropositivas", se fala das "crianças", "mulheres", "homens", "Aids entre menores de 13 anos", "órfãos da Aids", "prevenção para mulheres e seus filhos", mas não há nenhum recorte referente a sexualidade.

Na nota da Figura 5, trecho do texto anterior, é relatado que de 1995 a 1996 são atingidas 20 mil pessoas pelo projeto *Poa noite homens*. Este é único momento em que se realiza esse recorte, mas ressaltando que o principal objetivo do projeto "além de discutir HIV/AIDS é debater e proporcionar maior esclarecimento quanto a sexualidade, e adoção de práticas sexuais mais seguras".

O que mais chama a atenção dessa primeira edição, não é tanto o que é colocado, mas os silêncios. Apesar do contexto de epidemia da AIDS, e o público ao qual a ONG visa atingir, em nenhum momento a doença é contextualizada para a população GBTT. Tendo em vista o caráter da organização, é possível colocar que este silêncio não é inconsciente, pois ela vai de encontro a posição da ONG de não dar visibilidade a pauta da AIDS em seus espaços e ações, se limitando a informar questões referentes à prevenção e indicar lugares voltados para a doença. Além disso, sempre houve uma crítica muito contundente da organização em relação a aproximar a pauta da AIDS aos GBTTs, portanto esse silêncio também pode ser encarado como uma forma de dissociar/desestigmatizar a doença destas populações.



Figura 7 – Banco de sangue discrimina doador¹⁸

18 NUANCES, Jornal do. Banco de sangue DISCRIMINA doador. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, fev. 1998. Direitos Humanos, p. 8.

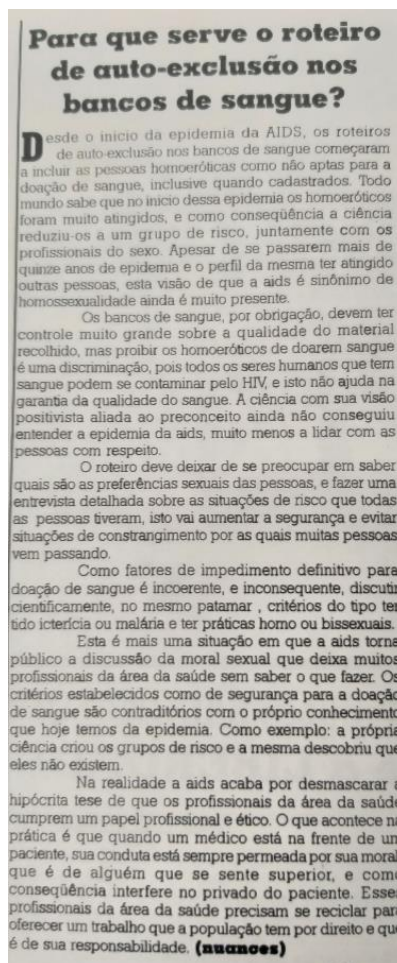


Imagem 8 – Para que serve o roteiro de auto-exclusão nos bancos de sangue?¹⁹

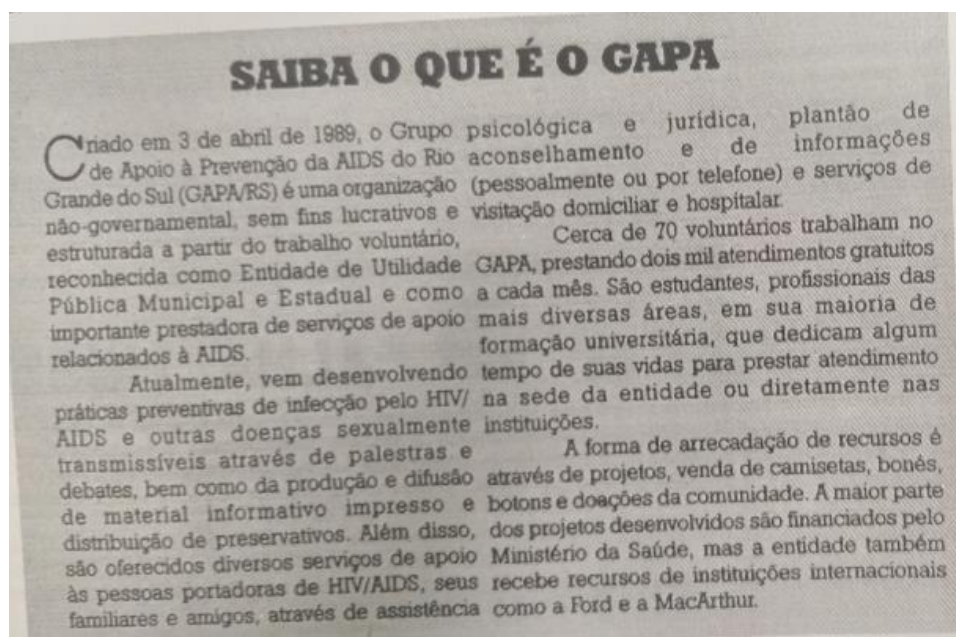


Imagem 9 – Saiba o que é o GAPA²⁰

19 NUANCES, Jornal do. Para que serve o roteiro de auto-exclusão nos bancos de sangue?. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, fev. 1998. Direitos Humanos, p. 8.

Na segunda edição do *Jornal do Nuances*, em fevereiro de 1988 um fato desencadeia a atenção do jornal para a questão da AIDS e os gays. Na Imagem 6 há uma denúncia de discriminação em um banco de sangue de Porto Alegre. Na reportagem a vítima, o terapeuta Luis da Silva, ao afirmar que havia tido relações sexuais com um homo/bissexual masculino, teve a doação de sangue negada. Além do fato de ter sido proibido de doar sangue pela sua prática sexual, independente de ser ou não portador do vírus HIV. Ao retrucar, Luis foi agredido verbalmente pela médica. No final da reportagem é dito que a vítima procurou a delegacia, o *Nuances* e o GAPA, que processou o hemocentro por discriminação.

Acompanhado da denúncia, bem ao lado, exposto na imagem 7, há uma coluna intitulada "Para que serve o roteiro de auto-exclusão nos bancos de sangue?". No texto o jornal traz de maneira contundente a desaprovação acerca da portaria que proíbe a doação de sangue de homens que tiveram relações sexuais com outros homens, colocando que "apesar de se passarem mais de quinze anos de epidemia e o perfil da mesma ter atingido outras pessoas, esta visão e o perfil da mesma ter atingido outras pessoas, esta visão de que a Aids é sinônimo de homossexualidade ainda é muito presente". Denunciando que o único critério para exclusão de homens é em relação às suas práticas sexuais, o jornal tece uma crítica sobre a própria ciência médica, colocando esta como "positivista aliada ao preconceito" e salientando que "a própria ciência criou os grupos de risco e a mesma descobriu que eles não existem".

Se na primeira edição o silêncio tomou conta, na segunda, vemos o caráter combativo do jornal em relação a discriminação sexual. É importante pontuar que a denúncia a homofobia não vem sozinha, ela está fundamentada nesse segundo texto desconstruindo argumentos técnico-científicos, revelando seu caráter homofóbico que se esconde em roupagem médica, como citado por Foucault (1998) em sua obra. Além disso, vale ser ressaltado que o *Jornal do Nuances*, ao colocar a questão da AIDS e os gays, procura munir-se de argumentos para que não se corra o risco de cair no perigo da estigmatização. Algo bem importante e que a maioria das mídias tradicionais não faziam, tendo em vista que a associação da AIDS aos

gays, por ser algo presente no imaginário social, às vezes é/era feito de forma inconsciente.

Mesmo com a preocupação inicial, tanto na denúncia como na Imagem 8, é possível observar que nos anos finais da década de 1990, há uma aproximação do *Nuances* com o GAPA/RS. Juntos, passam a atuar contra a discriminação de homossexuais em decorrência da doença, principalmente nos bancos de sangue.

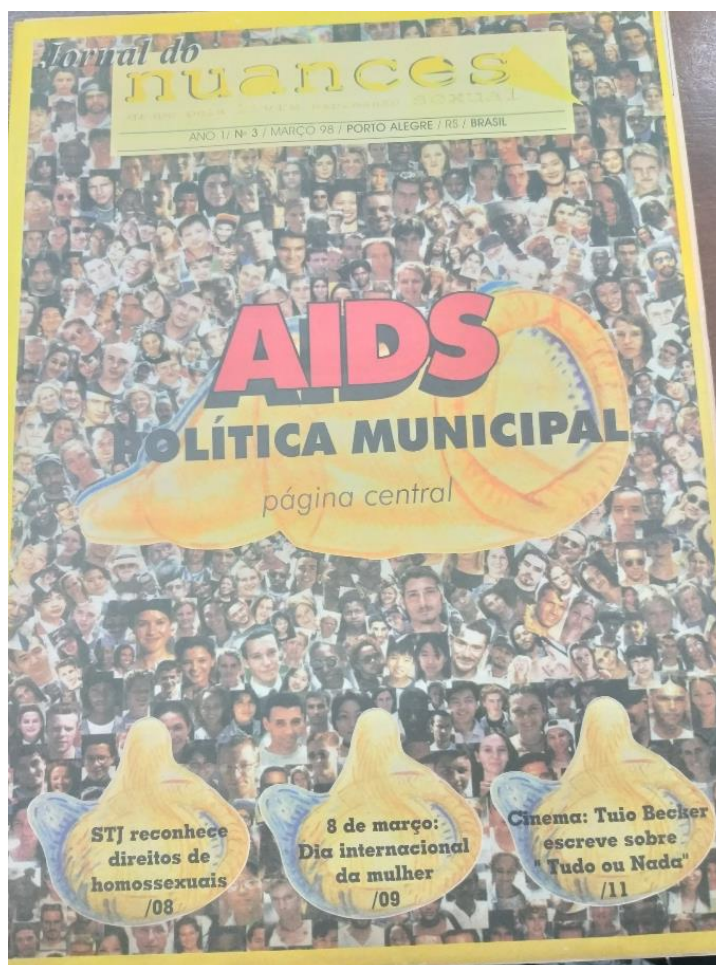


Imagem 10 - Capa do Jornal do Nuances, ano 1, nº 3, mar. 1998.

saúde

Um novo diferencial para DOENTES COM HIV/AIDS

A ideia de internação domiciliar surgiu na década de 60 nos Estados Unidos e na Holanda, com o objetivo de atender pessoas com moléstias crônicas ou terminais como enfisema pulmonar, insuficiência cardíaca ou câncer. Esses pacientes, por causa da evolução da doença, deixariam o hospital para receber cuidados paliativos nas suas próprias casas, o que liberaria mais leitos para outras pessoas.

Após a eclosão da epidemia da Aids, é retomada essa modalidade de atendimento nos Estados Unidos e na França (que é de onde se baseia o modelo brasileiro). No Brasil, o serviço de assistência domiciliar inicia em 1995, na cidade de Santos, como uma forma de tentar reduzir o número de leitos ocupados por doentes crônicos, agilizando o rodízio dentro do hospital e propiciando melhor atendimento às pessoas que tenham uma infecção oportunista aguda e que não teriam este tipo de cuidado no ambulatório.

Porto Alegre conta com esse serviço, chamado de Assistência Domiciliar Terapêutica (ADOT) desde junho de 96, e, segundo Ronaldo Hallal, médico infectologista que trabalha na

ADOT
ASSISTÊNCIA
DOMICILIAR
TERAPÊUTICA

Ronald Chaim
ADOT. "aqui tenta-se fazer o caminho inverso: ao invés de buscar o paciente no hospital, tenta-se evitar que ele chegue lá". Anualmente, o convênio entre a prefeitura e o Hospital de Clínicas permite que esteja disponível todo um aparato tecnológico que possibilita uma investigação diagnóstica ágil com exames sofisticados.

"A Aids fragiliza o doente por causa do estigma e do preconceito, por isso a relação entre profissional e paciente se altera um pouco na internação domiciliar. O médico frequenta a casa, convive com os parentes, sabe mais das dificuldades e isto acaba criando um vínculo que não aconteceria dentro do consultório ou do ambulatório. Esta aproximação gera uma melhora no estado geral do paciente, que se verifica na aderência ao tratamento, e, conseqüentemente na sua recuperação", avalia Ronaldo.

Um dos problemas desse serviço, de acordo com o médico, é que não há atendimento à noite e aos finais de semana, "por que a equipe ainda é muito pequena; se houver qualquer problema, o paciente deverá ser encaminhado ao HPS Sul para fazer a medicação ou receber o atendimento". Inicialmente, a zona de abrangência desse serviço é restrita, privilegia os bairros Partenon, São José, Vila João Pessoa, Santo Antônio, Santa Tereza, Medianeira.

Os pacientes para a internação domiciliar são oriundos de hospitais, ambulatórios ou hospital-dia e, eventualmente, da solicitação espontânea de um familiar. Passam por uma avaliação médica e uma do domicílio. A equipe é composta de médicos que fazem a visita diariamente ou conforme a necessidade, enfermeiros que visitam os domicílios diariamente, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionista. Esta abordagem multidisciplinar facilita para que o paciente e seus familiares tenham acompanhamento em várias áreas, podendo assim esclarecer dúvidas. Está em estudo um projeto que capacita o paciente responsável pelo doente a realizar pequenos procedimentos, mas por enquanto isto ainda não acontece.

PARA INGRESSAR NA ADOT
Ter um familiar ou responsável
Estar em tratamento há receber cuidados especiais
Ser encaminhado para o serviço ou de seu atendimento atual
Ser maior de 14 anos;
Residir na área de abrangência
Ser avaliado pelos critérios adequados para o acompanhamento
Informações no Centro Municipal de Saúde
Rua Manoel Lebatão, 151 -



Imagem 11 – Um novo diferencial para doentes com HIV/AIDS²¹

21 NUANCES, Jornal do. Um novo diferencial para DOENTES com HIV/AIDS. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, mar. 1998. Saúde.

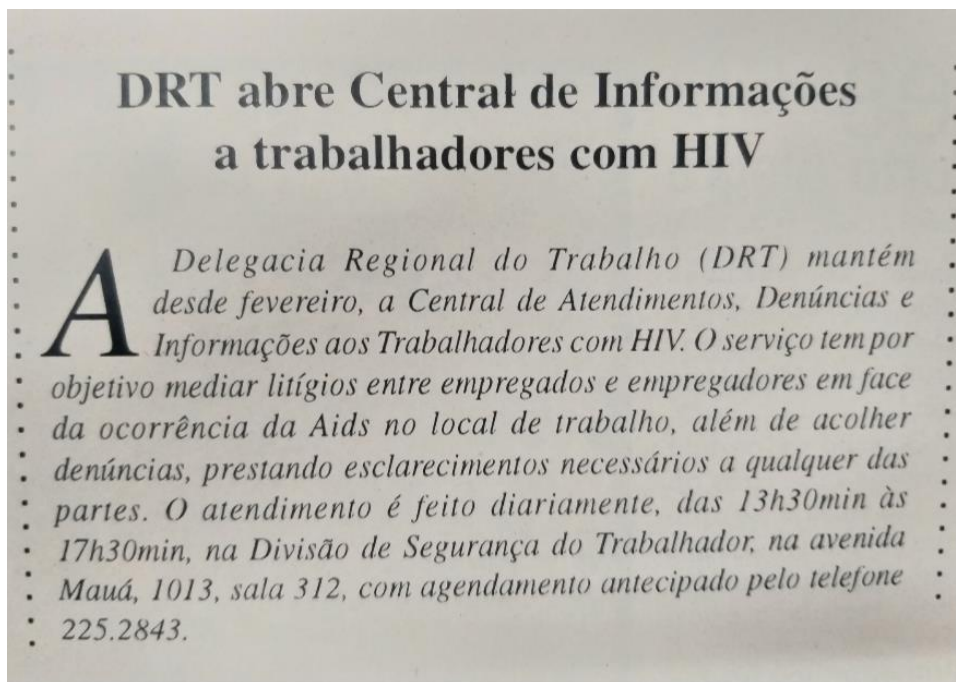


Imagem 12 – DRT abre Central de Informações a trabalhadores com HIV²²

Na terceira edição do Jornal do Nuances, a principal pauta destacada é a questão da AIDS, porém retratada a partir das políticas públicas municipais voltadas para o combate da epidemia. Nesse sentido, dois projetos são destacados em suas páginas, a primeira é sobre a Assistência Domiciliar Terapêutica - ADOT. Segundo o texto, o projeto surgiu na década de 1960 nos EUA e na Holanda, seu objetivo era atender em domicílio pessoas com doenças crônicas ou terminais. Quando começa a epidemia de AIDS, em 1995 o programa chega ao Brasil para atender estes pacientes, e em Porto Alegre, o programa é disponibilizado para a população em 1996.

O grande ponto positivo do programa residia no fato de que muitas vezes os pacientes se viam fragilizados emocionalmente, em decorrência do preconceito e do estigma da AIDS. Dentro dos hospitais, muitos profissionais ainda tinham preconceitos em relação aos pacientes, somado ao abandono dos familiares e amigos nos leitos. O programa domiciliar promoveu uma aproximação entre o profissional da saúde e o paciente, e a médio-longo prazo isso gera um melhor resultado do tratamento, sobretudo no emocional do paciente, e na sensibilização do profissional em relação às dificuldades enfrentadas pelas pessoas infectadas. Sobre o preconceito no meio médico, Laurindo-Teodorescu e Teixeira (2015c)

22 NUANCES, Jornal do. DRT abre Central de Informações a trabalhadores com HIV. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, mar. 1998. Saúde.

colocam que este também foi um dos principais motivos de dificuldade na mobilização de ações de combate à epidemia

Cenas nas quais profissionais da área hospitalar tinham atitudes julgadas irracionais frente a um paciente foram comuns na primeira década de epidemia. Uma delas ocorreu em uma madrugada de 1988, quando a coordenadora da epidemiologia foi chamada para atender um paciente no Hospital dos Servidores Públicos do Estado, que não dispunha de leitos para aids. O médico do serviço havia interditado o acesso ao andar onde se encontrava o paciente e ordenou o esvaziamento da enfermaria, retirando todos os profissionais e os outros doentes, instituindo o isolamento total de todo o pavimento. Outra situação foi registrada no Hospital das Clínicas da Universidade de Pernambuco, lembra Ana Brito, onde um professor titular de Clínica se recusava a dar aulas porque, para ter acesso à sala, era necessário passar em frente à enfermaria que tinha dois leitos específicos para aids. (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015c, p. 244-5)

A medida municipal ia de encontro com a política de luta contra a AIDS do *Nuances*, uma vez que previa ações de elevação da auto-estima dos LGBTTs. A publicização dada no jornal também demonstra que algumas políticas públicas preventivas, estão em consonância com a visão *nuanceira* e que a ONG também exercia pressão na formulação destas políticas. Em um nota intitulada “Projeto Aids II”, também da edição número 3, coloca que em 2 de março de 1998, aconteceu uma reunião do *Nuances* com a Coordenação Estadual e Coordenações Municipais de combate a AIDS para definir o planejamento de ações a serem feitas com o dinheiro do empréstimo realizado no Banco Central. Portanto, é possível concluir que a ONG tinha penetração na esfera pública na definição de estratégias de combate, e no jornal isso se traduzia na publicização destas ações e no informe dos programas disponíveis na cidade.

Contudo, o Jornal do Nuances também atuando de forma combativa, traz na mesma edição uma nota acerca da nova Central de Informações a trabalhadores com HIV na Delegacia Regional do Trabalho. A ONG sempre esteve atenta às denúncias de homofobia e preconceito, mas também se colocava de modo a informar outros canais de denúncia. Porém a Imagem 11 nos leva a refletir que, se o DRT abriu um canal de denúncia a trabalhadores que eram demitidos pela infecção do vírus do HIV, é porque a doença também teve sua propagação nas relações do mundo do trabalho. Esta realidade é demonstrada na edição de número 7, com uma denúncia de preconceito:

Trabalhador como qualquer outro, G. cumpria suas tarefas mostrando competência e destreza. Digitador da Secretaria da Fazenda do Estado, de mão cheia era que tinha na repartição.

Nunca imaginou que sua carreira teria o desfecho desastroso que teve. No dia 11 de abril de 1997 foi agredido em pleno expediente, por um “colega” de setor. Primeiro com ofensas ao seu jeito de “bicha ou viado” e logo após, fisicamente, a socos. Teve sorte!!! Não apanhou mais, pois outros colegas intervieram em seu socorro. Terminou demitido. E humilhado, haja vista que o seu agressor continuou prestando serviços no mesmo local

[...]

É preocupante vermos tais atitudes arbitrarias sobrepujarem direitos previstos na Carta Magna. A flagrante inversão da ordem: punir a vítima e consagrar o agressor. (NUANCES, sem data, p. 5)²³

Mesmo não relatado claramente, o contexto histórico posto não exclui a possibilidade de o preconceito ter sido motivado não apenas pela sua sexualidade, mas também por conta do estigma da AIDS. Não se pretende alongar nessa questão, mas pesquisas no sentido de perceber os impactos da AIDS nas relações de trabalho para a população LGBTT se mostram essenciais para compreender melhor essa dimensão da epidemia.

Nos jornais diários mostram-se estatísticas que apontam o crescimento de casos de doenças sexualmente transmissíveis não só em homens, mas também em mulheres, agravando a situação de infecção pelo HIV. Pretendemos, neste artigo, salientarmos as consequências dolorosas que o machismo provoca no cotidiano de todos brasileiros.

O MACHISMO E AS "DOENÇAS"

Subemos, faz anos, que nunca existira a noção de "grupos de risco" para infectar as pessoas com o HIV. Era de se imaginar as mulheres heterossexuais monogâmicas, as jovens adolescentes e nossas crianças cadastradas nos boletins epidemiológicos. Isto porque a Aids está atingido a todos. De quem é a culpa?

Várias instituições, em nome de uma falsa moral, não perderam tempo em atuar "determinadas populações" pela disseminação do vírus. A mídia ganhou pontos de audiência e vendeu jornal pra burro! Prova do incremento do preconceito está às claras, nos seguintes exemplos: 1. Muitos hospitais e hemocentros proíbem que homossexuais e bissexuais doem sangue. 2. Psicólogos analisam o potencial de pretendentes a cargos de empírios, e há seleção bicha não entra, só as comportadas. Será que estas discriminações são tão inocentes ou há má fé por detrás de muitos apêçes? O que dizer dos profissionais que pactuam com os colegas discriminadores?

Precisamos estar atentos fiscalizando e denunciando política de saúde e educação esfeludentes, propagando ações sérias de afirmação cidadã. Sem, é óbvio, confundir as obrigações do Estado com o papel social das Organizações Não Governamentais.

A fiscalização nos serviços de saúde, prestados no atendimento para o público em geral, é fundamental, pois não é necessário pesquisa do bibepe para verificarmos que muitos brasileiros evitam serviços públicos e privados, quando estão envolvidos em questões da sexualidade. Muitas pessoas, sujeitas a possíveis julgamentos e constrangimentos, preferem o rubor e a vergonha nos balcões das farmácias, onde alguns atendentes aperticiam seus dentes de falsos farmacêuticos. Mesmo em clínicas particulares não temos garantido o respeito e o sigilo, principalmente nas cidades menores onde todos se conhecem.

Outro fator significativo da vulnerabilidade das pessoas em relação à infecção pelo HIV é a política social implementada a muito tempo no Brasil. Não nos referimos unicamente às políticas impostas por organizações financeiras internacionais, que humilham e empobrecem a maioria da população, brutalizando o ser humano, mas sim as micropolíticas cotidianas, francamente permeadas de preconceito. Políticas diárias impregnadas de machismo mascarado, tanto em mulheres como em homens do povo. Políticas que atingem do gabinete do presidente ao carcere privado numa cidade que reflete a efêmera democracia em que vivemos.

A omissão do Estado permite a prática de soluções imediatistas e, no geral, ineficazes. Mas a omissão particular de cada um de nós tem privado todos de uma melhora na qualidade de vida. Vivemos numa cultura individualista. A busca de culpados é, no caso da Aids, a busca da higienização social e da normalização dentro de um padrão heterossexual caduco, nos torna ainda mais desamparados no controle do contágio às DSTs e Aids. Os pais culpam os filhos, e vice versa, os professores culpam os alunos boqueiros, os engenheiros acusam os cálculos mal feitos, os matemáticos as calculadoras e assim por diante. Por sinal, os pais geralmente tratam os filhos como reles primos, achando que somos sua propriedade privada. O controle social hipocrita, que muitos exercem sobre todos, numa filosofia política de auto censura, expõe as mazelas da sociedade brasileira. Não à toa os meios de comunicação refletem essa indiferença moral.

Se não conversamos honestamente sobre nossas vergonhas e medos cotidianos, se não dialogamos francamente sobre os mitos da passividade e fidelidade feminina, é porque não estamos preparados para sermos agentes promotores da liberdade. Podemos até ocupar cargos e receber concessões, mas isso não sublimará nossa pequenez. Continuaremos procurando bodes expiatórios e culpados para nossa impotência. Diremos que os ministros e os presidentes não se importam com a magnitude de incidência das DSTs e Aids nas adolescentes. Que eles deveriam implementar acesso facilitado à camisinha feminina e masculina, ensinando, também, a usar apenas lubrificantes solúveis em água nas relações sexuais para a camisinha não romper. E nós, se estivessemos no poder, permitiríamos o monopólio de fabricação destes produtos no mercado nacional?

Acreditamos que não bastará apenas disseminar informações sobre DSTs e Aids ou fomentar a procura aos serviços especializados que tratam da prevenção, diagnóstico e tratamento desses males. Não bastará promover aulas de educação sexual para população mais vulnerável às infecções. Teremos de efetivamente socializar as informações e experiências rumo a uma sociedade mais saudável e ética. Onde o poder de decisão das aplicações dos recursos financeiros e materiais seja fruto da discussão coletiva e não poder de barganha de meia dúzia de iluminados que ao longo dos anos vem promovendo o descaso com o social. Políticas autoritárias inibem sobremaneira a organização social e impingem uma realidade de exclusão social que, diariamente, nos leva à violência física e moral. O grupo nuances e tantos outros que nasceram após a "abertura" da ditadura militar não podem se curvar, como capachos, aos "museus de grandes novidades", como apontou o poeta Cazuzu.

nuances - grupo pela livre expressão sexual
Porto Alegre, novembro de 1998

Humanos são para todos,
tão garantidos para ninguém.

Defenda-os!

à Anistia Internacional!

Gomes, 573 - Porto Alegre - RS
Fone Fax: (051) 217-3220
e-mail: aibrasil@conex.com.br

Imagem 13 – O machismo e as “doenças”²⁴

O texto acima pertence à edição número 7 do *Jornal do Nuances*, intitulado “O machismo e as “doenças””. Nesse texto o *Nuances* procura trazer um dos principais motivos que causam o preconceito e o silêncio das pessoas em função da AIDS, que é o machismo no cotidiano. O texto inicia pontuando as provas de que o preconceito contra a população GBTT ainda estão presentes na sociedade, colocando que “muitos hospitais e hemocentros proíbem que homossexuais e bissexuais masculinos doem sangue” e denuncia que “psicólogos analisam o potencial de pretendentes a cargos de empresas, e na seleção bicha não entra, só as comportadas”.

Nesse sentido, a fiscalização e a denúncia de locais que reproduziam atitudes homofóbicas poderia ser um remédio desta situação, mas o que se verifica é que para a maioria das pessoas, há uma preferência em evitar tratar dos assuntos referentes à sexualidade, tanto em espaços/serviços públicos quanto em privados. O jornal traz situações onde o que domina, por exemplo, é vergonha de ir na farmácia, o constrangimento e medo de julgamentos, e a falta de profissionalismo de alguns profissionais da saúde, principalmente de cidades pequenas, que não tem garantido o sigilo médico.

Para a ONG, o silêncio e a omissão do Estado e da população em geral são os principais fatores que têm impedido que haja melhorias na qualidade de vida. E é nesse vazio que a moral heteronormativa age, tentando encontrar um culpado para a Aids e outras DSTs. “Os pais culpam os filhos, [...] os professores culpam os alunos bagunceiros, os engenheiros acusam os cálculos mal feitos, os matemáticos as calculadoras e assim por diante”, sempre à procura dos bodes expiatórios para se livrar da culpa. A vergonha e o silêncio, no texto do jornal, são mecanismos de autocensura constantemente utilizados, pois não estamos prontos para se libertar desta moralidade arcaica.

A denúncia do *Jornal do Nuances* também recaiam sobre as campanhas estatais de prevenção, a medida que elas alimentam o machismo quando as direcionam apenas para os homens, ou seja, se parte de uma lógica machista de que a mulher “é pra casar”, então suas relações monogâmicas garantiam uma

24 NUANCES, *Jornal do*. O machismo e as “doenças”. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, sem data. P. 6.

“suposta” proteção a doença. Portanto, ao falar do combate a AIDS, esta edição do jornal coloca a necessidade de um rompimento com a lógica machista, acompanhado de uma maior difusão das informações e aulas de educação sexual para a população mais vulnerável. Na parte final, o texto denuncia que as políticas de prevenção têm sido pouco debatidas, sendo mais a escolha de algumas poucas pessoas, do que um projeto de construção coletiva.

HIV e DISCRIMINAÇÃO no TRABALHO

O medo e a falta de conhecimento de seus direitos deixam os trabalhadores HIV positivos cada vez mais vulneráveis no trabalho. Empresários demitem trabalhadores quando descobrem ou desconfiam que são soropositivos.

Vamos conhecer um pouco desta realidade no RS, conversando com Carlos Assis, que é Agente de Inspeção do Trabalho na Delegacia Regional do Trabalho, (DRT) RS.

nuances: Como se organiza este serviço na DRT?

Carlos: Este trabalho iniciou quando participamos da Pró-Campanha de DST/AIDS e Direitos Humanos. Naquela ocasião uma pessoa relatou sua situação de desassossegado, pois havia sido demitido de sua empresa porque era soropositivo. Nos vimos na obrigação de criar um setor para atender este tipo de caso, de discriminação pelo HIV.

nuances: Qual é o objetivo e o que vocês oferecem para as pessoas que procuram este serviço?

Carlos: Quando recebemos alguma denúncia entramos em contato com a empresa envolvida, colocando que aquela situação não é dentro do padrão dentro ou fora do trabalhador, como acontece em alguns casos. Aí aplicamos o Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura o emprego do trabalhador mesmo estando doente. Começamos um processo de mediação entre patrão e empregado.

nuances: Quais os casos mais frequentes?

Carlos: Os casos mais comuns são de discriminação pelo HIV. Não temos nenhum caso de discriminação por orientação sexual ou de gênero.

nuances: Qual a dificuldade que as pessoas sentem em denunciar? E quais os procedimentos tomados?

Carlos: As pessoas soropositivas são demitidas quando a empresa sabe ou desconfia. O trabalhador tem vergonha de se expor. Quando entramos em contato, o empregador tem sempre muitas explicações para justificar a demissão. Então colocamos para a empresa que os trabalhadores têm direitos e não pode haver demissão por esse motivo. Muitas empresas não tem conhecimento da legislação. Assim não conseguimos reverter a situação de muitos trabalhadores.

nuances: Você acha necessário um trabalho educativo junto as empresas?

Carlos: Eu acho que há muito a ser feito na área de prevenção e direitos humanos. As empresas devem se preocupar muito mais com HIV/AIDS. As pessoas em geral e os empresários acham que o HIV é transmitido pelas relações sociais do dia a dia, o que é errado. Ainda falta esclarecimento sobre formas de transmissão. Há muitos mitos em torno da aids.

nuances: Você possui dados sobre os casos de discriminação por motivo de HIV/AIDS encaminhados até esta data?

Carlos: De janeiro de 1996 a dezembro de 1999, recebemos 897 casos. Destes, 173 foram resolvidos através de mediações, 302 foram resolvidos por telefone, isto dá um total de 475 casos em que os trabalhadores voltaram ao trabalho, 403 casos de informação, e 7 casos foi encaminhado aos órgãos de direitos humanos, que não foram resolvidos e viraram processos. Agora estamos fazendo uma parceria com a Procuradoria Geral do Trabalho do Estado, que vai acionar a empresa a se explicar. Em março de 99 foi assinado um protocolo de intenções com o Ministério do Trabalho e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que vão agir nestes casos.

nuances: A Realidade Nacional de DT tem alguma situação neste caso?

Carlos: A Realidade não tem o sentido de fechar as situações que envolvem direitos humanos.

nuances: Você estima haver muitos casos não notificados?

Carlos: Sim, até hoje não conseguimos divulgar este trabalho na grande mídia, que acontece junto as ONGs, e de boca a boca. A grande mídia se preocupa mais com o que dá lucro. A grande mídia não está fazendo nenhum favor, ele deve se preocupar com o HIV faz parte da vida de muitos trabalhadores.

nuances: Tu não acha que está faltando divulgação de experiências positivas, para mobilizar outras iniciativas?

Carlos: Sim, até hoje não conseguimos divulgar este trabalho na grande mídia, que acontece junto as ONGs, e de boca a boca. A grande mídia se preocupa mais com o que dá lucro. A grande mídia não está fazendo nenhum favor, ele deve se preocupar com o HIV faz parte da vida de muitos trabalhadores.

nuances: Como os empresários reagem quando são notificados?

Carlos: As reações são as mais diversas possíveis. “Eu não sabia”, não era essa a nossa intenção, ele não tinha sido falado”.

Endereço para maiores informações:
Delegacia Regional do Trabalho RS
Av. Mauá, 1013 Sala 312
Das 12h30min às 17h30min
fone: XXX (51) 225 2843 e 227 2775

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DO RS	
Central de atendimento por Trabalhador Vivoente com HIV / AIDS	
Processos de 1996 a Dezembro de 1999	
Trabalho atendimento	802
Mediações	173
Informações por telefone	302
Informações	403
Casos encaminhados aos órgãos de direitos humanos	7
Estatísticas por Demora a Resposta	
Mulheres	488
Homens	248
Mulheres Brancas	248
Mulheres Brancas	248
Mulheres Negras	219
Homens Negros	154
Estatísticas por Faixa Etária	
14 a 25 anos	180
26 a 35 anos	283
36 a 45 anos	254
46 a 55 anos	99

telefones úteis

- Defensoria Pública fone 226.8177 ou 226.7100
- Ministério Público - Procuradoria da Justiça fone 226.8322
- Conselho Tutelar fone 226.3788
- Polícia Militar (Brigada) fone 190
- 10 Delegacia de Polícia - Defesa e apoio centro e oeste fone 2218011
- 10º D.P. - região Bem Fim fone 331.2653
- 17º D.P. - região centro e redoviana fone 226.9972
- Delegacia da Mulher fone 311.4786 até 19h
- Delegacia Regional do Trabalho fone 226.6544
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos de A.L. fone 210.2099 até 18h

Imagem 14 – HIV e discriminação no trabalho²⁵

Em uma das últimas grandes manifestações sobre a questão da AIDS no recorte temporal proposto, o Jornal do Nuances realiza uma entrevista com o Agente de Inspeção do Trabalho na Delegacia Regional do Trabalho/RS Carlos Aleixo. O órgão era responsável pelo funcionamento da Central de Atendimento Denúncias e informações aos Trabalhadores com HIV. O principal objetivo da

central era atender casos de conflito no mundo do trabalho decorrente de preconceito em relação a pessoas portadoras do vírus do HIV. A necessidade de se criar a central vinha do pânico disseminado sobre a doença e as dificuldades que passavam os infectados de manter seus empregos. Bastava a suspeita da doença, para que o patrão se achasse no direito de demitir seus empregados.

Apesar de o agente colocar que os casos mais frequentes eram por discriminação pela Aids e não por orientação sexual, é muito difícil, nesse período, separar um do outro, na medida que grande parte do caráter pejorativo que a AIDS adquire, advém da ideia de um “câncer/doença gay”, portanto na década de 1990, a homossexualidade e a AIDS, no imaginário social, andavam juntas. Prova disso é que, na entrevista, Carlos Aleixo afirma que os trabalhadores tinham vergonha de expôr a motivação da demissão. A falta de canais sigilosos para realizar denúncias, impedia que algo fosse feito em relação às práticas preconceituosas e homofóbicas das empresas. Alguns dados são expostos pelo agente, e nos ajudam a compreender a dimensão dos conflitos trabalhistas do período em Porto Alegre.

De janeiro de 1998 a dezembro de 1999, recebemos 897 casos. Destes, 173 foram resolvidos através de mediações. 302 foram resolvidos por telefone. Isto dá um total de 475 casos em que os trabalhadores voltaram ao trabalho. 403 casos de informação, e 7 casos foi encaminhado aos órgãos de direitos humanos, que não foram resolvidos e viraram processos. Agora estamos fazendo uma parceria com a Procuradoria Geral do Trabalho do Estado, que vai acionar a empresa a se explicar. Em março de 99 foi assinado um protocolo de intenções com o Ministério do Trabalho e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que vão agir nestes casos. (NUANCES, 2000, p. 11)²⁶

Dois motivos são colocados como responsáveis pela dificuldade de atuação da central. O primeiro é em relação ao silêncio. Algumas pessoas demitidas em função da Aids não se acham no direito de reivindicar algo, uma vez que sentiam vergonha da sua condição e tinham medo que outras pessoas descobrissem. Do outro lado da mesa, os empregadores, quando eram questionados pela Delegacia Regional do Trabalho/RS sobre o motivo da demissão, davam respostas escorregadias como “Eu não sabia, não era essa a nossa intenção, ele não tinha nos falado”. O segundo motivo é de ordem midiática, posto que a imprensa tradicional só se preocupava com matérias sensacionalistas sobre a AIDS, pouco contribuindo contra o preconceito e a desestigmatização. Além disso, o agente coloca que quase nenhuma experiência positiva da Central é publicizada, logo,

26 NUANCES, Jornal do. HIV e Discriminação no trabalho. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, fev. 2000. Direitos Humanos, p. 11.

poucas camadas da sociedade têm acesso à informação que existe um órgão especializado para casos de preconceito no trabalho e se conscientizam sobre a importância de correr atrás dos seus direitos.

A edição número 11 do Jornal do Nuances, publicada em março de 2000 é a primeira edição, desde a sua fundação, que não há nenhuma referência a questão da AIDS. A partir daí o que se observou é um declínio considerável de espaços no jornal para tratar do assunto, pouco a pouco a pauta foi desaparecendo das suas páginas. Podemos inferir que parte desse processo de abandono da pauta é em decorrência da visão *nuanceira* sobre a Aids, ou seja, se procurava evitar falar dela para que esta não se configurasse como a pauta principal, ou reproduzir a imagem de que a doença tem ligação direta com a homossexualidade masculina.

Considerações finais

O *Nuances* sem dúvidas foi uma ONG revolucionária no circuito do ativismo social porto-alegrense. Sua atuação não apenas foi direcionada para a conquista de direitos, mas estava comprometida com um projeto de transformação da mentalidade sociocultural. Em outras palavras, a ONG almejava atacar a raiz do problema, pois é a partir dela que se gerava o processo de silenciamento, invisibilização e marginalização das populações LGBTTs, mas também das pessoas pobres, dos negros e outras minorias. Ao despontar na década de 1990 com projetos para os GBTTs e prostitutas/os, com uma abordagem não-culpabilizante, a organização também promovia uma mudança da própria mentalidade dos LGBTTs. Portanto a importância da organização em Porto Alegre foi múltipla, e o que se procurou tratar neste trabalho foi a importância da mídia alternativa *nuanceira* em um momento tão grave para a comunidade gay, bissexual, trans e travesti.

A mídia tradicional foi uma das grandes responsáveis pela construção e assimilação dos estigmas construídos sobre os gays nos anos finais do século XX, uma vez que trabalhavam a partir de matérias sensacionalistas que apenas demonstravam o pior lado do então “câncer gay”, para poder vender mais. Entretanto, não se pode ter uma visão caótica desse período, pois movimentos de resistência estiveram presentes, com maior ou menor intensidade, lutando contra a homofobia e a imagem social que a doença tomou.

Nesse sentido, considero importante trazer vidas e histórias que constituíram os primeiros movimentos políticos de militância LGBTT, uma vez que estes vão construir uma experiência incrível de resistência em um período marcado pelo autoritarismo, censura, perseguição e tortura. O *Somos* contribuiu decisivamente para a elevação da auto-estima LGBTT em um período bastante difícil, e a sua luta e modo de atuação, como por exemplo, com os grupos de reconhecimento, promoveu o estabelecimento de laços e redes de relacionamento entre os LGBTTs, que foi fundamental para a resistência à ditadura. O *Lampião*, primeiro jornal gay de grande escala no Brasil, vai exercer uma forte influência na construção da mídia LGBTT política nos anos que vão seguir a sua extinção.

A eclosão da Aids no momento da redemocratização, se por um lado, serviu de modo a extinguir a primeira fase, também criou um palco sociopolítico que

promoveu a re-emergência destes grupos sob o formato de ONGs, muito mais coesos, organizados e reconhecidos pelo Estado. Sob esta última característica, podemos dizer que foi uma das mais sentidas pelo *Nuances*, pois é a partir do financiamento do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, que a organização tem fôlego financeiro para imprimir diversos materiais, incluindo em 1998 o *Jornal do Nuances*, ainda permeado pela epidemia de AIDS.

Ao analisar as edições de 1998 a 2000 podemos observar que o *Jornal do Nuances* sempre apresentou uma visão bastante crítica em relação à ciência, a mídia tradicional, as ações do Estado e aos profissionais da saúde. Ao mesmo tempo em que reconhecia sua importância para o combate a AIDS, pontuava suas posições preconceituosas.

A linguagem utilizada no jornal era bastante despojada, utilizando diversas gírias e termos da cultura gay, porém quando realizava denúncias e trazia notícias sobre a epidemia o tom era outro, se utilizando de uma linguagem muito mais acadêmica e jornalística, mas sem deixar de exercer seu caráter opinativo e crítico. Principalmente no reconhecimento de que ao se falar sobre a AIDS, sempre era reiterado que esta não era uma doença que só atingia os homossexuais. A abordagem sobre a temática no jornal colocava que a infecção do vírus era suscetível a qualquer pessoa, independente da sua cor, gênero e orientação sexual, portanto era imprescindível sempre utilizar camisinha. Quando nos voltamos os eixos temáticos, é interessante colocar que a doença é vista no jornal sobre a perspectiva das políticas públicas, desconstrução de preconceitos presentes na sociedade, denúncia de atos discriminatórios e como esta afetava a vida das pessoas.

Uma parte considerável das denúncias se voltava para o mundo do trabalho, talvez porque este foi um dos piores momentos do mundo do trabalho para os LGBTTs. A homofobia que já rondava, ficará ainda mais intensa com o surgimento da Aids, logo, o jornal procurava junto a denúncia, informar sobre leis e órgãos que protegiam o trabalhador.

Nesse contexto, o que se percebe é que o *Nuances*, apesar de inspirado no *Lampião*, formou uma identidade própria de luta no jornal, uma vez que, ao falar sobre a Aids, procurou fazer isso da sua forma, não aderindo a discursos normatizadores, e que fosse compreensível aos LGBTTs sul-rio grandenses. Portanto sua atuação rompeu as barreiras jornalísticas, e promoveu uma mudança

na mentalidade social que serviu de modo a conter o pânico e o estigma no período. Infelizmente muitos vestígios desta década ainda se encontram no século XXI, e ações como as realizadas pelo *Nuances* são fundamentais para construir uma sociedade não homofóbica e normatizadora das sexualidades, promovendo a desconstrução do estigma da doença sob a população LGBTTT.

O Jornal do Nuances e o acervo da ONG estão disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Fontes

Jornal do Brasil

ALTMAN, Lawrence K. Câncer raro ataca homossexuais. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 mai. 1981. Caderno B, p. 5.

ALTMAN, Lawrence K. Doença nova atinge homossexuais nos EUA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 mai. 1982. Especial: Ciência & Tecnologia, p. 4.

Jornal do Nuances

AIDS POVO, Correio do. Um estande contra na luta contra a AIDS. **Jornal do Nuances**, Porto Alegre, jan. 1998. Notas, p. 2.

Anúncio sobre uma nova ONG-Aids em Porto Alegre. **Jornal do Nuances**, ano 1, nº 1, 1998.

NUANCES, Jornal do. No dia mundial da AIDS não tem nada para comemorar. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, jan. 1998. Poa noite homens, p. 3.

NUANCES, Jornal do. Banco de sangue DISCRIMINA doador. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, fev. 1998. Direitos Humanos, p. 8.

NUANCES, Jornal do. Para que serve o roteiro de auto-exclusão nos bancos de sangue?. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, fev. 1998. Direitos Humanos, p. 8.

NUANCES, Jornal do. Saiba o que é o GAPA. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, fev. 1998. Direitos Humanos, p. 4.

NUANCES, Jornal do. Um novo diferencial para DOENTES com HIV/AIDS. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, mar. 1998. Saúde.

NUANCES, Jornal do. DRT abre Central de Informações a trabalhadores com HIV. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, mar. 1998. Saúde.

NUANCES, Jornal do. Preconceito no Estado. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, sem data. Caso a caso, p. 5.

NUANCES, Jornal do. O machismo e as “doenças”. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, sem data. P. 6.

NUANCES, Jornal do. HIV e Discriminação no trabalho. **Jornal do Nuances**. Porto Alegre, fev. 2000. Direitos Humanos, p. 11.

Referências

AFFELDT, Ângela Beatriz; DA SILVEIRA, Mariângela Freitas; BARCELOS, Raquel Siqueira. Perfil de pessoas idosas vivendo com HIV/aids em Pelotas, sul do Brasil, 1998 a 2013. **Epidemiol Serv. Saúde**. Brasília, v. 24, n. 1, p. 79-86, jan./mar., 2015.

ALBERTI, Verena. Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevistas de história oral. *In*: **ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 77-90.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.

BARROSO, Fernando Luiz Alvez. **Jornal do Nuances**: a prática midiática de uma ONG de Porto Alegre - RS para o confronto político entre o "gay classe média" e a "bicha bafona". 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

BARROSO, Fernando Luiz. **Jornal do Nuances**: análise da construção de um periódico gay. **Bagoas**. Natal, v. 2, n. 3, p. 179-204, jul./dez., 2009.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do caos re-emerge a força: AIDS e mobilização LGBT. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, ed. 1, 2018. p. 279-295.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *In*: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. p.61-79.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Ed. 13. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Ed. 4ª. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GÉLEDES. As mulheres negras na construção de uma nova utopia – Angela Davis. **Géledes - Instituto da Mulher Negra**, jul. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GOLIN, Célio *et al.* (org.). **Nuances 25 anos. Uma trajetória inconformada com a norma**. Porto Alegre: Editora Nuances, 2017.

GREEN, James. O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 177-200.

GREEN, James. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, ed. 1, 2018. p. 63-78.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. A continuidade das equipes fortalece as políticas públicas de aids no Rio Grande do Sul. *in*: LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de aids**. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015. p. 253-259.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. Com tradição no controle de DST, o Rio Grande do Sul se lança na luta contra a aids. *In*: LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da**

aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de aids. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015b. p. 75-85.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. O surgimento da aids no advento da democratização da saúde. *In*: LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de aids.** Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015a. p. 25-51.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. Ruptura na assistência e avanços da vigilância epidemiológica em Pernambuco. *In*: LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. **Histórias da aids no Brasil, v. 1: as respostas governamentais à epidemia de aids.** Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015c. p. 241-252.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Da dissidência à diferença: direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade.** São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 273-299.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MACHADO, Cíntia Yuri Soga Bomfim. **Sentidos atribuídos por adultos com HIV/AIDS à doença e ao cuidado que recebem de familiares.** 2014. 203 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

MACHADO, Frederico Viana; BARNART, Fabiano; DE MATTOS, Rennan. **A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas**. Ed. 1. Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017.

PEREIRA, Carlos Aberto Messenger. O Impacto da AIDS, a Afirmação da “Cultura Gay” e a Emergência do Debate em Torno do “Masculino” – fim da homossexualidade?. *In*: RIOS, Luís Felipe (et. al.). **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, 2004. p. 52-62.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, jul./dez., 1992.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *In*: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005. p.17-32.

RODRIGUES, Jorge Caê. A imprensa gay do Brasil. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, ed. 1, 2018. p. 237-253.

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Santa Catarina, v. 4, nº 52, p. 2-13, 2003.

SIMÕES, Júlio Assis. Uma visão da trajetória do movimento LGBT no Brasil. *In*: POCAHY, Fernando *et al.* (org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: NUANCES, 2010. p. 13-33.

TREVISAN, João Silvério. Somos o quê mesmo?. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, ed. 1, 2018. p. 137- 155.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-102, jan./dez., 1985.